



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
CAMPUS RIACHO FUNDO
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

SAMUEL LUCAS DOS SANTOS SILVA

OS INVESTIMENTOS DA CHINA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Brasília
2025

SAMUEL LUCAS DOS SANTOS SILVA

OS INVESTIMENTOS DA CHINA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Cursos apresentado ao Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, como requisito para obtenção do diploma de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dra. Edilene Américo Silva

Brasília
2025

SILVA, SAMUEL LUCAS DOS SANTOS.

Os investimentos da China na região Nordeste do Brasil / SAMUEL LUCAS DOS SANTOS SILVA ; orientação Edilene Américo Silva. — Riacho Fundo, DF: 2025.
56 f. : il. color. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) — Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, Riacho Fundo, DF, 2025.
Orientador(a): Edilene Américo Silva.

1. Investimentos Chineses. 2. Nordeste Brasileiro. 3. Reconfiguração Territorial. 4. Geografia Crítica. 5. Geopolítica. I. Silva, Edilene Américo , orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

SAMUEL LUCAS DOS SANTOS SILVA

OS INVESTIMENTOS DA CHINA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Cursos apresentado ao Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, como requisito para obtenção do diploma de Licenciado em Geografia.

Professora Orientadora: Prof^ª Dra. Edilene Américo Silva

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Edilene Américo Silva (Orientadora e Presidente da Banca)
Instituto Federal de Brasília – IFB

Professor Dr. Eduardo von Dentz (Examinador Externo)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Professor Dr. Rogério Lustosa Victor (Examinador Interno)
Instituto Federal de Brasília – IFB

Brasília
2025

RESUMO

O presente estudo analisa a reconfiguração territorial do Nordeste brasileiro sob a influência da expansão geoeconômica chinesa no Sul Global. A pesquisa investiga como os investimentos chineses promovem a modernização e a integração estratégica do Nordeste Brasileiro ao cenário global. De forma objetiva, buscou-se identificar os setores estratégicos priorizados, os interesses e as implicações dessa presença para o desenvolvimento regional. Metodologicamente, o estudo emprega levantamento bibliográfico e documental, coleta de dados sobre projetos chineses e análise crítica à luz da Geografia Crítica e da Geopolítica. Os resultados demonstram que os investimentos se concentram em energia, logística, infraestrutura e agronegócio, atuando como vetores primários de modernização produtiva e de ampliação da capacidade energética e logística da região.

Palavras-chave: Investimentos Chineses; Nordeste Brasileiro; Reconfiguração Territorial; Geografia Crítica; Geopolítica; Modernização; Integração Global.

ABSTRACT

This study analyzes the territorial reconfiguration of the Brazilian Northeast under the influence of Chinese geoeconomic expansion in the Global South. The research investigates how Chinese investments promote the modernization and strategic integration of the Northeast into the global scenario. Objectively, the research sought to identify the prioritized strategic sectors, the underlying interests, and the implications of this presence for regional development. Methodologically, the study employs bibliographic and documentary research, data collection on Chinese projects, and critical analysis in light of Critical Geography and Geopolitics. The results demonstrate that investments are concentrated in energy, logistics, infrastructure, and agribusiness, acting as primary vectors of productive modernization and the expansion of the region's energy and logistics capacity.

Key words: Chinese Investments; Brazilian Northeast; Territorial Reconfiguration; Critical Geography; Geopolitics; Modernization; Global Integration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
1.1 Objetivo Geral.....	9
1.2 Objetivos Específicos.....	10
1.3 Metodologia da Pesquisa.....	10
1.4 Recortes da Análise	10
1.5 Justificativa	11
CAPÍTULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 A China e a sua ascensão econômica global.....	14
2.2 A China como Ator Geoeconômico Global	18
2.3 Investimentos Chineses na África e a Lógica Anticolonial.....	20
2.4 Conceituação de Região no Âmbito Geográfico	22
2.5 Região e Região Nordeste: Conceitos e Delimitações	23
2.6 A Importância da Sudene no Desenvolvimento Regional do Nordeste	27
CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
3.1 Investimentos Chineses no Brasil: Panorama Geral.....	31
3.2 A Inserção Chinesa no Nordeste Brasileiro	32
3.3 Motivações e Estratégias por Trás dos Investimentos Chineses no Brasil.....	34
3.4 Impactos Socioeconômicos dos Investimentos Chineses no Nordeste Brasileiro....	37
3.5 Análise dos achados sobre os Investimentos Chineses no Nordeste Brasileiro.....	41
3.6 Investimento chineses, sustentabilidade e recursos naturais no Nordeste	44
3.7 Região Nordeste: mercado interno em expansão.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

INTRODUÇÃO

No cenário geoeconômico contemporâneo, a presença da China como potência emergente desempenha um papel central na redefinição das relações internacionais e na reorganização territorial em escala global. Entre os espaços mais impactados por essa dinâmica está a Região Nordeste do Brasil, que, nas últimas décadas, tem se consolidado como destino privilegiado de capitais chineses em setores estratégicos. A necessidade de compreender e analisar os impactos dessa inserção motivou a iniciativa de explorar, discutir e contribuir para o debate acadêmico em torno dos investimentos chineses e suas repercussões no desenvolvimento regional nordestino.

A Região Nordeste, historicamente marcada por desigualdades sociais e econômicas, apresenta-se hoje como um território de interesse crescente para a China, em razão de seu potencial energético, de sua localização geoestratégica e da disponibilidade de recursos naturais. Nesse contexto, os investimentos chineses não apenas financiam projetos de infraestrutura e energia, mas também influenciam diretamente a dinâmica econômica, social e ambiental da região. Diante dessa realidade, esta pesquisa surge da motivação em aprofundar a compreensão sobre a atuação chinesa no Nordeste brasileiro, destacando a importância de analisar seus efeitos sobre a reestruturação territorial e sobre as possibilidades de desenvolvimento local.

Este estudo busca compreender a atuação dos investimentos chineses no Nordeste brasileiro, analisando suas motivações, os setores preferenciais e seus efeitos no espaço regional. Para orientar a investigação, parte-se de três questionamentos centrais: de que modo esses investimentos reorganizam o território nordestino; quais áreas estratégicas concentram os recursos chineses; e como essa presença afeta a economia local, as relações sociais e as políticas de desenvolvimento regional.

A relevância desta investigação reside na necessidade de ampliar a compreensão sobre os fluxos de investimento chinês no Nordeste que abre novas perspectivas de cooperação. Os investimentos chineses na região caracterizam-se por seu alinhamento com as prioridades de desenvolvimento local, notadamente em projetos de infraestrutura logística, matriz energética e capacitação industrial. A atuação de empresas chinesas em parceria com instituições locais tem demonstrado potencial para superar desafios históricos de desenvolvimento regional através da transferência de tecnologia e *know-how*.

A experiência de cooperação sino-brasileira no Nordeste representa um modelo inovador de parceria, baseado no princípio do benefício mútuo e no respeito à soberania nacional, tal como discutido por Jabbour (2022) em suas análises sobre as relações sino-latino-americanas. A complementaridade entre as necessidades de desenvolvimento regional e as capacidades técnicas e financeiras chinesas cria uma base sólida para relações de longo prazo, conforme o autor. Neste contexto, a participação chinesa no Nordeste deve ser compreendida como uma oportunidade estratégica para o reposicionamento da região em novas cadeias globais de valor, com ganhos significativos em termos de capacitação tecnológica, geração de emprego e integração produtiva. O desafio consiste em articular estas parcerias de forma a maximizar seus benefícios, fortalecendo as instituições locais e garantindo a sustentabilidade dos projetos (JABBOUR, 2022).

Os objetivos e a metodologia dessa pesquisa estão indicados a seguir. E a sua estrutura está organizada na seguinte perspectiva: o capítulo 1 trata de uma contextualização de modo geral, já no capítulo 2 veremos todo o referencial teórico dissecado, e por fim, no capítulo 3 será feita a discussão a respeito das conclusões e dos efeitos dos dados auferidos. No caso das considerações finais que fecham a discussão, apontaremos como que no geral, a parceria entre Brasil e a potência asiática tem sido bastante positiva, trazendo benefícios em várias frentes, como economia, infraestrutura e tecnologia.

Ao examinar as fontes bibliográficas mencionadas, bem como realizar uma análise geográfica e econômica detalhada, busca-se fornecer uma visão sucinta dos efeitos desses investimentos na região Nordeste do Brasil. A crescente presença desses investimentos representa uma significativa transformação nas relações econômicas internacionais na Região. Estudos recentes demonstram que os fluxos de investimento direto chinês no Brasil atingiram patamares recordes na última década.

Os investimentos realizados têm contribuído para o crescimento de várias regiões do país, especialmente no Nordeste, com foco em áreas essenciais como energia e transporte. Ao contrário de modelos coloniais predatórios do passado, o relacionamento com o país oriental se baseia em uma troca de ganhos mútuos, sem imposição de condições que prejudiquem a soberania nacional. Esse tipo de colaboração respeita a autonomia do Brasil, oferecendo uma alternativa mais equilibrada em comparação com as práticas de outros grandes *players internacionais* (SPEKTOR, 2016). O aprofundamento dessa parceria estratégica tem levado, conseqüentemente, à transferência de tecnologia e ao fomento da capacitação profissional em setores-chave (SPEKTOR, 2016).

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO

A crescente presença de investimentos chineses na região nordeste do Brasil tem despertado um interesse significativo entre estudiosos de diversas áreas, especialmente na Geografia Econômica. Essa temática complexa tem sido abordada por diversos autores que oferecem *insights* valiosos sobre as motivações por trás desses investimentos e seus impactos na economia e na sociedade nordestina. Segundo Albert (2018), a China busca expandir sua influência global, utilizando estratégias de investimento em países em desenvolvimento, como o Brasil.

Conforme dados do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), os investimentos chineses no Nordeste totalizaram mais de US\$ 25 bilhões entre 2010-2022, concentrando-se especialmente nos setores de energia renovável, infraestrutura portuária e telecomunicações (CEBC, 2023). A abordagem chinesa caracteriza-se por uma visão de longo prazo e complementaridade econômica, conforme destacam Jabbour (2022) e Vadell (2021) em seus estudos sobre as relações sino-brasileiras. Esses autores argumentam que os investimentos respondem tanto aos objetivos de desenvolvimento regional do Nordeste quanto às necessidades estratégicas daquele país de diversificação de mercados e garantia de suprimentos energéticos.

Por outro lado, Amorim (2023) observa o interesse crescente da China Telecom na região nordeste, evidenciando a importância estratégica dessa área para as conexões de comunicação e comércio com a Ásia. Essas perspectivas contribuem para uma compreensão mais ampla das dinâmicas por trás dos investimentos chineses no nordeste brasileiro.

Esta abordagem diferencia-se significativamente de modelos históricos de cooperação internacional por sua ênfase na não-interferência nos assuntos internos e no respeito à soberania nacional. Como destacam estudiosos das relações sino-brasileiras, os investimentos orientam-se por diretrizes estratégicas de longo prazo que priorizam a complementaridade econômica e o desenvolvimento de infraestruturas críticas para o progresso regional. A atuação chinesa no Nordeste brasileiro representa um novo paradigma nas relações de cooperação internacional, baseado nos princípios de benefício mútuo e desenvolvimento compartilhado que caracterizam a diplomacia chinesa contemporânea. (SPEKTOR, 2016).

1.1 Objetivo Geral

Analisar os investimentos chineses na região Nordeste do Brasil e seus impactos no desenvolvimento regional no período 2010-2025.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Compreender o modelo de desenvolvimento econômico chinês e sua política de investimentos internacionais;
- b) Examinar a formação socioespacial do Nordeste brasileiro e sua inserção nas novas cadeias globais de valor;
- c) Mapear e analisar os investimentos chineses na região Nordeste entre 2010-2025;
- d) Avaliar os impactos desses investimentos no desenvolvimento regional;

1.3 Metodologia da Pesquisa

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica extensiva e análise de dados secundários, buscando compreender a lógica dos investimentos chineses no Nordeste brasileiro. Segundo Cariello (2021), a abordagem qualitativa permite investigar as motivações e estratégias subjacentes aos investimentos chineses com maior profundidade.

Serão levantados dados, qualitativos e quantitativos, de caráter secundário junto a órgãos e instituições públicas e de pesquisa. A análise desses relatórios, pesquisas acadêmicas, dados estatísticos e documentos de órgãos oficiais, será essencial para avaliar os impactos territoriais, sociais e econômicos desses investimentos (RODRIGUES, 2023); essa estratégia, será essencial para avaliar os impactos socioeconômicos dos investimentos chineses no Nordeste.

A análise será guiada pelos marcos teóricos da Geografia Crítica e da Geopolítica, levando em consideração categorias essenciais, como: Território (HAESBAERT, 2004), Redes (DIAS, 2013), circuitos espaciais da produção (SANTOS, 2008) e Dependência Econômica (MOREIRA, 2010). Como já foi destacado, este estudo tem como objetivo aprofundar o entendimento sobre os investimentos chineses na Região Nordeste do Brasil, buscando compreender suas implicações para o desenvolvimento regional, especialmente em termos de infraestrutura e integração econômica.

1.4 Recortes da Análise

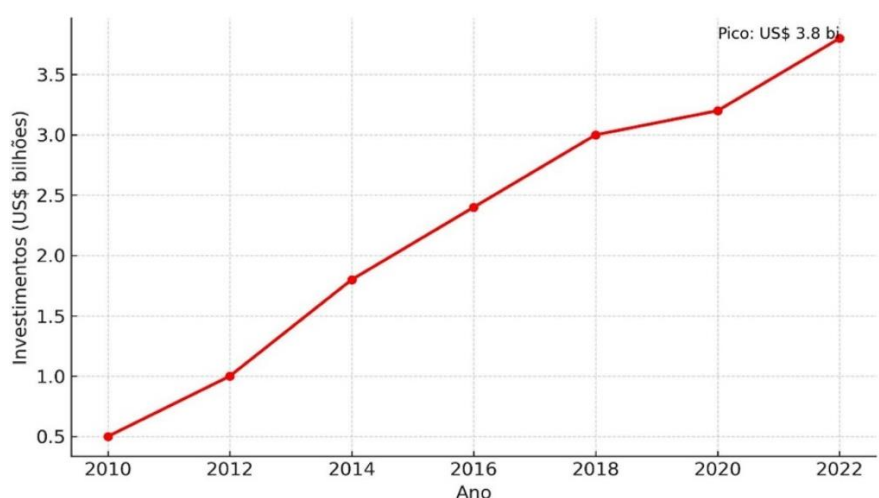
- a) Recorte Temático: investimentos estrangeiros chineses no Brasil, com foco nos setores de energia, logística, infraestrutura e agronegócio.
- b) Recorte Espacial: Região Nordeste do Brasil, com destaque para os estados mais abarcados com o capital chinês: Bahia, Maranhão, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

c) Recorte Temporal: Período entre os anos 2010 e 2025, correspondente à intensificação da presença chinesa na América Latina e no Brasil.

1.5 Justificativa

O crescente interesse da China na América Latina, particularmente no Brasil, representa uma transformação significativa no panorama econômico internacional, com implicações profundas para o desenvolvimento regional. No gráfico 1 pode-se observar a magnitude dessa presença: entre os anos de 2010 e 2022, os investimentos chineses no Nordeste brasileiro totalizaram mais de US\$ 25 bilhões, representando, aproximadamente, 35% do total de Investimento Direto Externo na região nesse período (CECB, 2023).

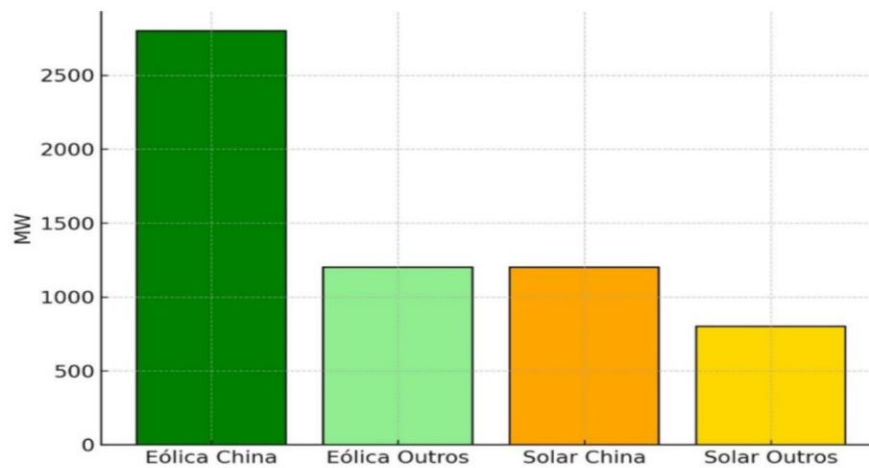
Gráfico 1 – Evolução dos investimentos chineses no Nordeste brasileiro, 2010-2020



Fonte: CECB E ANEEL, 2023. Elaboração: O autor, 2025.

A relevância deste estudo sustenta-se em múltiplas dimensões quantificáveis. No setor energético, os investimentos sino foram responsáveis pela implantação de mais de 4.000 MW em projetos de energia renovável, representando cerca de 40% da capacidade eólica instalada na região e 25% da solar, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2023). No gráfico 2 nos é mostrada a capacidade instalada em energia renovável, eólica e solar, comparativamente a produção chinesa e entre outros países. Observa-se que a produção chinesa é majoritária principalmente em referência à produção de origem eólica.

Já na infraestrutura portuária, destaca-se o investimento de US\$ 1,2 bilhão no Complexo de São Luís (MA) e a modernização do Porto de Suape (PE), com aportes que ultrapassam US\$ 800 milhões (BANCO DO NORDESTE, 2023).

Gráfico 2 – Capacidade instalada em energia renovável, 2023

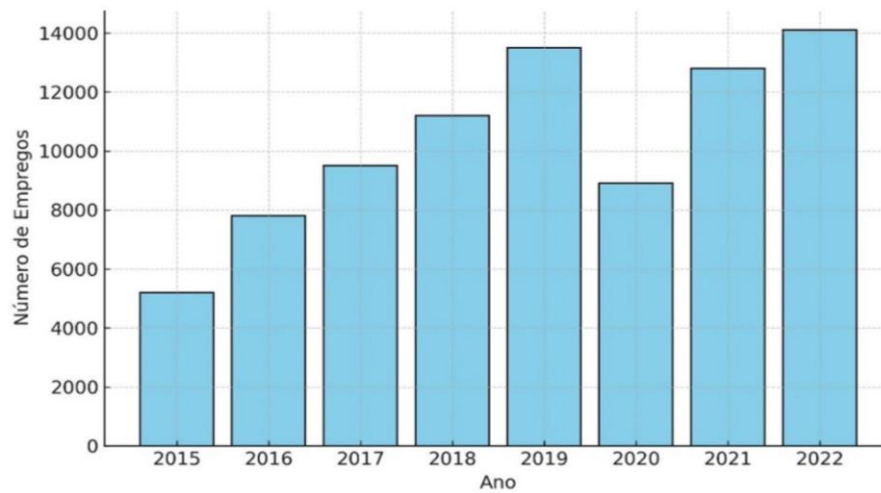
Fonte: ANEEL, 2023. Elaboração: O autor, 2025.

Do ponto de vista socioeconômico, estima-se que os projetos com participação chinesa tenham gerado aproximadamente 50.000 empregos diretos na região entre 2015 e 2022, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2023).

Adicionalmente, os investimentos em telecomunicações, particularmente da China Telecom, expandiram a cobertura de banda larga para mais de 200 municípios nordestinos, beneficiando cerca de 15 milhões de pessoas. No gráfico 3 é mostrada a geração de empregos diretos no Nordeste por projetos chineses entre os anos de 2015 a 2022.

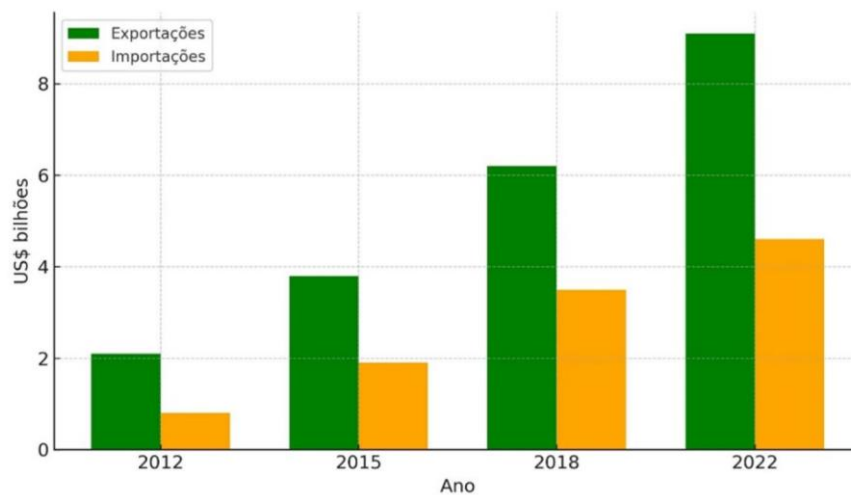
O fluxo comercial entre a China e a Região Nordeste do Brasil tem demonstrado um crescimento contínuo de 2012 a 2022, refletindo a expansão das trocas comerciais, especialmente nas áreas de commodities, infraestrutura e energia. Durante esse período, os investimentos na região aumentaram significativamente, com valores expressivos em US\$ bilhões.

Esse incremento nas relações econômicas é impulsionado pela demanda chinesa por recursos naturais e produtos agrícolas, sendo a Região Nordeste uma fornecedora chave de insumos como minério de ferro, soja e carnes. A entrada de capital chinês tem sido crucial para a modernização da infraestrutura nordestina, financiando projetos de portos, ferrovias e logística, essenciais para o escoamento da produção e para a integração regional. Além das commodities, há um foco crescente em energia renovável, com investimentos substanciais em projetos de energia eólica e solar na região, alinhando-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável de ambos os países (RIBEIRO, 2017).

Gráfico 3 – Geração de empregos por projetos chineses no Nordeste, 2015-2022

Fonte: CAGED/MTE, 2023. Elaboração: O autor, 2025.

Esse movimento comercial reflete a estratégia de longo prazo da China em fortalecer sua presença na América Latina, ao priorizar o desenvolvimento de infraestrutura e a integração econômica com as economias locais (MARINGONI, 2017). No gráfico 4 é apresentado o fluxo comercial Sino-Nordestino medido em bilhões de US\$ dólares entre os anos de 2012 a 2022.

Gráfico 4 – Fluxo comercial Sino-Nordestino em US\$ bilhões, 2012-2022

Fonte: CEBC 2023. Elaboração: O autor, 2025.

CAPÍTULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A China e a sua ascensão econômica global

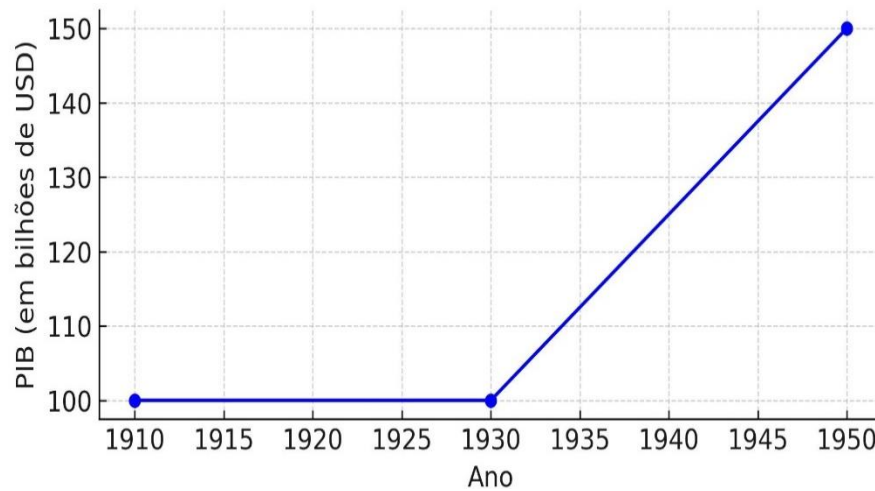
A China é, sem dúvida, um dos maiores fenômenos geopolíticos do século XXI. Quando olhamos para sua trajetória, não estamos apenas falando de uma ascensão econômica impressionante, mas de uma transformação que tem remodelado a ordem mundial. Desde suas origens como um império milenar até o *status* de superpotência global, a trajetória da China é marcada por revoluções e mudanças políticas profundas.

A história da China começa muito antes da Revolução Comunista, com sua longa tradição imperial, que durou mais de dois mil anos. Durante a dinastia Qing (1644–1912), a China era um dos maiores impérios do mundo, com uma economia forte e uma cultura que influenciava toda a Ásia (SPENCE, 2009).

No entanto, a partir do século XIX, o império chinês começou a sofrer com uma série de crises internas e externas. As Guerras do Ópio (1839–1842 e 1856–1860), travadas contra os britânicos, marcaram o início de um período de humilhação nacional, com a China sendo forçada a abrir seus portos para o comércio estrangeiro, além de sofrer com intervenções militares e a perda de territórios como Hong Kong. A derrota nas Guerras do Ópio não só expôs a fraqueza militar da China, mas também enfraqueceu a confiança em seu governo imperial, gerando descontentamento popular e instabilidade (SPENCE, 2009).

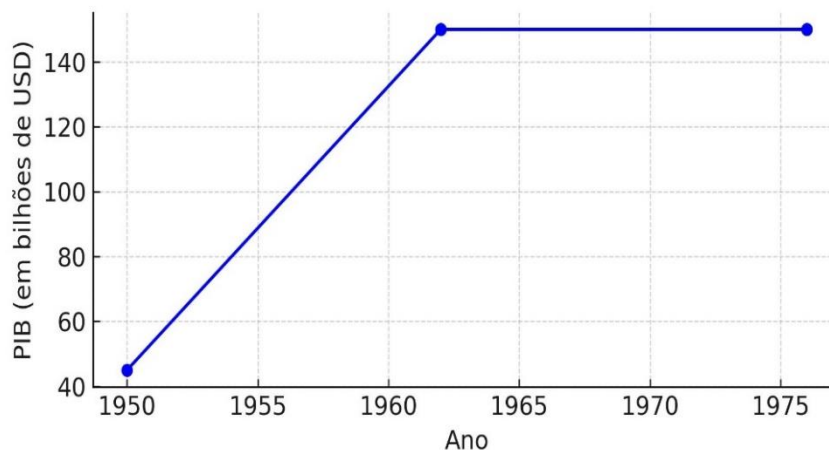
Com o enfraquecimento da dinastia Qing, a China se viu em um estado de crise política e social. O movimento reformista ganhou força, mas as potências estrangeiras continuavam a se envolver nos assuntos internos chineses. Foi então que a Revolução Xinhai (1911) derrubou a dinastia Qing e proclamou a República da China, sob o comando de Sun Yat-sen. No entanto, o novo regime não conseguiu estabilizar o país e, ao longo das décadas seguintes, a China enfrentou uma guerra civil interna, conflitos com o Japão e mais intervenções estrangeiras (ZHANG, 2014).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Japão invadiu a China e cometeu atrocidades, como o Massacre de Nanjing, mas, no fim, a China conseguiu expulsar os invasores. Esse período de resistência foi fundamental para a construção de uma identidade nacional (ZHANG, 2014). No gráfico 5 é apresentado o PIB chinês em dólares estadunidenses (USD) entre os anos de 1910 a 1950, período em que se inicia formalmente o período da *República da China*. Observar o crescimento exponencial a partir de 1930.

Gráfico 5 – PIB da China em USD: República da China, 1912-1949

Fonte: BANCO MUNDIAL 2023. Elaboração: O autor, 2025.

A verdadeira transformação da China começa com a Revolução Comunista de 1949, liderada por Mao Tsé-Tung. Após anos de conflito com o governo nacionalista de Chiang Kai-shek, o Partido Comunista Chinês (PCC) assume o poder, fundando a República Popular da China (RPC). A partir daí, a China adotou um modelo comunista de economia planificada, com grandes transformações nas áreas rural e industrial (SPENCE, 2009). O gráfico 6 expõe de maneira sucinta o PIB chinês em USD durante o período da *Revolução Comunista* sob o comando do líder político Mao-Tsé-Tung entre os anos de 1949 a 1976. Observar o *boom* de crescimento entre as décadas de 1950 a 1960.

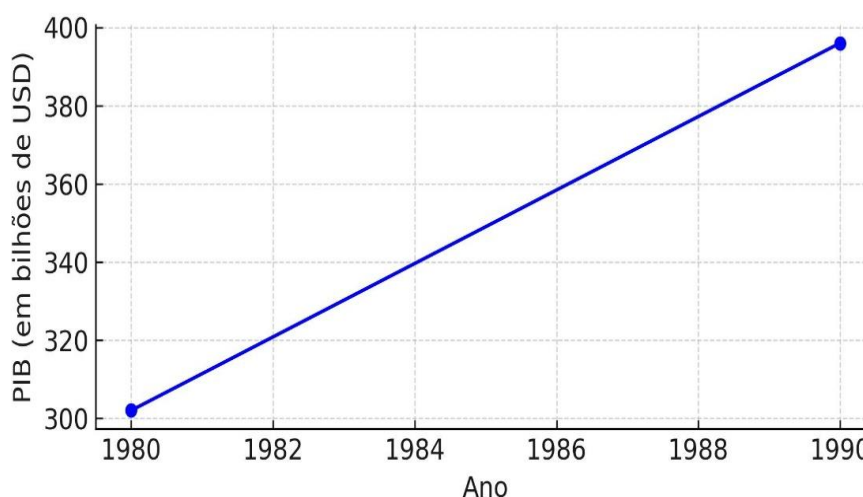
Gráfico 6 – PIB da China em USD: Período da Revolução Comunista, 1949-1976

Fonte: BANCO MUNDIAL 2023. Elaboração: O autor, 2025.

Apesar das dificuldades iniciais, o regime comunista conseguiu estabelecer uma forte centralização de poder e iniciar uma série de reformas que, ao longo das décadas seguintes, permitiram a ascensão econômica da China. A grande virada efetiva para a China aconteceu após a morte de Mao em 1976. O sucessor de Mao, Deng Xiaoping, adotou uma série de reformas econômicas a partir de 1978, que mudariam a trajetória do país.

Deng introduziu o conceito de *socialismo com características chinesas*, permitindo uma abertura gradual da economia e a introdução de um modelo de mercado controlado pelo Estado. Isso possibilitou a abertura do país para o comércio internacional e atraiu investimentos estrangeiros, especialmente no setor industrial (SPENCE, 2009). O gráfico 7 nos evidencia o PIB da China em USD durante o seu período reformista conhecido como *Era ou Período Deng Xiaoping* ocorrido entre os anos de 1978 a 1990. Observar o crescimento exponencial acelerado entre as décadas de 1980 e 1990.

Gráfico 7 – PIB da China em USD: Período Reformista, 1978-1990



Fonte: BANCO MUNDIAL 2023. Elaboração: O autor, 2025.

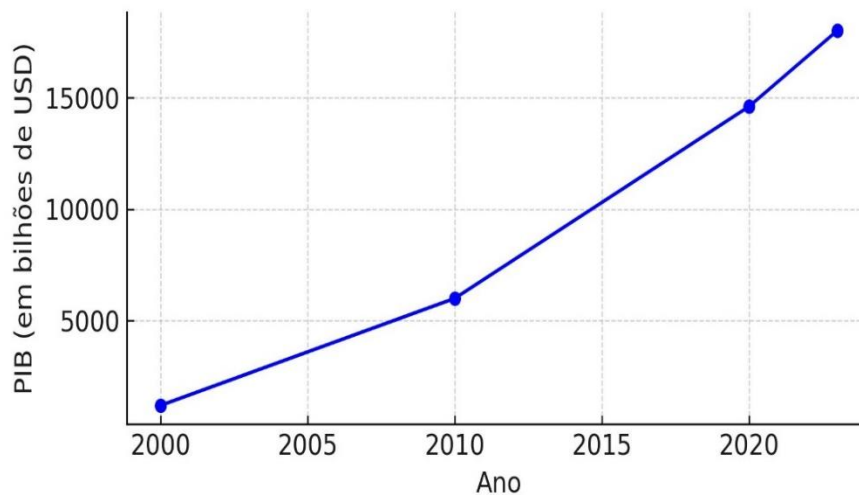
A China começou a se tornar uma fábrica global, com uma enorme mão de obra barata e uma economia que crescia a taxas impressionantes, conforme já mostrado no gráfico 7. A partir dos anos 2000, a integração da China à economia global foi reforçada com sua adesão à Organização Mundial do Comércio (*World Trade Organization*, OMC) em 2001. O crescimento chinês se acelerou, e o país passou a ser uma potência econômica, atraindo atenção de todo o mundo (CASTRO, 2017).

No começo do século XXI, a China já havia se consolidado como a segunda maior economia do mundo, e seu papel no comércio global era inegável. Porém, a ascensão do país não é só econômica; ela também tem um forte impacto político e geopolítico (CASTRO, 2017). Henry Kissinger (2014) argumenta que a ascensão do grande dragão vermelho desafia a ordem mundial dominada pelos Estados Unidos e pelas democracias ocidentais.

A China, com seu modelo político único e sua ideologia socialista, está criando um novo tipo de ordem global, que ameaça a hegemonia ocidental. Para Kissinger, esse novo tipo de ordem global se caracteriza pela rivalidade crescente entre potências com modelos de governança e valores diferentes, particularmente entre as democracias ocidentais e o sistema autoritário chinês.

Por fim, porém não menos importante no gráfico 8 temos o crescimento do PIB chinês em USD, dos anos 2000 aos dias atuais. Chama atenção o crescimento acelerado nas últimas décadas entre os anos de 2010 a 2020.

Gráfico 8 – PIB da China em USD: Período Contemporâneo, 2000-2020



Fonte: BANCO MUNDIAL 2023. Elaboração: O autor, 2025.

Graham Allison, por sua vez, em *Destined for War* (2017), chama a atenção para o risco de conflito entre os EUA e a China, utilizando a famosa teoria da "Armadilha de Tucídides". O autor argumenta que, historicamente, quando uma potência emergente desafia uma potência estabelecida, o risco de guerra aumenta. A crescente presença militar e econômica da China nos últimos anos gerou tensões, especialmente com os Estados Unidos e seus aliados. A teoria de Allison sugere que a ascensão da China pode ser vista como uma ameaça à ordem mundial estabelecida, o que aumenta o risco de um conflito de grandes proporções.

O modelo chinês, conforme descrito por Zhang Weiwei em *The China Wave* (2012), não é apenas um modelo de crescimento econômico, mas uma nova forma de governança. Zhang argumenta que a China está se tornando uma "civilização-estado", com uma abordagem de governança que não se baseia nas ideias liberais ocidentais, mas sim em um sistema híbrido que mistura autoritarismo com um capitalismo de Estado. Para Zhang, a ascensão do país não representa apenas o crescimento de uma potência econômica, mas também a introdução de um modelo alternativo ao sistema político e econômico ocidental, um novo paradigma que coloca a China como um modelo viável de desenvolvimento global.

Mas não é só com sua economia ou seu poder militar que a China está conquistando o mundo. Joseph Nye, em *The Future of Power* (2011), introduz o conceito de *soft power*, que se refere à capacidade de um país de influenciar outros por meio de sua cultura, valores e diplomacia, em vez de força militar ou econômica.

A China tem investido fortemente nesse tipo de poder, promovendo sua cultura através do *Confucius Institute*, filmes, música e até na arquitetura e design modernos que começam a dominar as cidades globais. Esse *soft power* tem sido uma das principais ferramentas da China para aumentar sua influência, especialmente em países da África, América Latina e Ásia (CASTRO, 2017).

A ascensão chinesa ao *status* de superpotência não é apenas uma mudança econômica, mas uma transformação completa da ordem mundial. Desde a era Imperial até a Revolução Comunista e as reformas de mercado, a China tem se reinventado ao longo dos séculos, conforme já discutido. Agora, no século XXI, o país desafia a ordem global tradicional e introduz um novo paradigma, e se torna cada vez mais evidente a sua crescente influência política, econômica e cultural.

2.2 A China como Ator Geoeconômico Global

A ascensão da China como potência econômica global tem transformado profundamente as relações internacionais e a divisão internacional do trabalho. Desde as reformas de Deng Xiaoping na década de 1980, a China tem promovido uma inserção internacional baseada em investimentos estratégicos, comércio exterior e uma presença diplomática crescente (ARRIGHI, 2007). A partir da década de 2000, a política de "*Going Global*" e a Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative - BRI*), lançada por Xi Jinping em 2013, ganham destaque, propondo uma nova visão para o papel da China no cenário global. Embora a América Latina não seja o centro geográfico da BRI, muitos estudiosos destacam sua integração funcional a essa rede de expansão (DUSSEL PETERS, 2019).

Ao contrário de práticas extrativistas tradicionais adotadas por potências ocidentais, como os Estados Unidos e países da Europa, que historicamente impuseram relações de exploração e dependência econômica sobre países do sul global, os investimentos chineses se caracterizam por uma abordagem mais colaborativa e sustentável (JACQUES, 2009).

A China tem utilizado seus bancos de desenvolvimento e suas empresas estatais como instrumentos de projeção internacional, trabalhando em estreita colaboração com governos locais e priorizando, em muitos casos, o fortalecimento da infraestrutura e a modernização tecnológica. Para o autor, esse processo visa integrar mais países ao fluxo global de produção, comércio e finanças de maneira mais equitativa, ao contrário das lógicas colonialistas que marcaram o passado.

Esses investimentos chineses são muitas vezes voltados para a criação de infraestrutura estratégica, zonas econômicas especiais, corredores de transporte e portos, espaços que podem ser vistos não como meros focos de extração de recursos naturais, mas como nodos dinâmicos que conectam regiões ao sistema global de produção e distribuição de valor. As "ilhas de desenvolvimento" geradas por esses investimentos, longe de reforçar desigualdades, buscam gerar crescimento econômico inclusivo e modernização, incentivando a transferência de tecnologia e o fortalecimento de capacidades locais (JACQUES, 2009).

Esses investimentos trazem uma série de benefícios potenciais para os países em desenvolvimento, como geração de empregos, capacitação local e uma maior diversificação de suas economias. A China tem se esforçado para colaborar com os países receptores de maneira que os projetos atendam tanto às necessidades locais quanto às exigências globais, respeitando o desenvolvimento sustentável. Ao invés de se limitar a uma lógica extrativista, a China busca integrar os países ao comércio global, promovendo uma troca mútua de valores e conhecimentos, o que se difere significativamente das práticas coloniais que levaram à exploração e ao empobrecimento de grandes partes do mundo (JACQUES, 2009).

É importante observar que a natureza fluida e interconectada da economia global, descrita por Santos (1996), da qual a China hoje é grande protagonista, permite que esses novos espaços de desenvolvimento não sejam fixos ou isolados. Pelo contrário, são projetos de longo prazo que buscam integrar economias locais a uma rede de produção global, favorecendo um crescimento mais inclusivo e mutuamente benéfico.

Pelo exposto, a lógica de valorização seletiva, aplicada pela China, busca fomentar setores estratégicos como infraestrutura, indústria e comércio, o que resulta em um crescimento mais robusto e inclusivo. Expressa, assim, uma lógica diversa à da extração predatória e da dependência histórica impetrada por países desenvolvidos, em relação aos subdesenvolvidos.

2.3 Investimentos Chineses na África e a Lógica Anticolonial

Para compreender os benefícios e os significados dos investimentos chineses no Nordeste do Brasil, é essencial relacioná-los à inserção da China no Sul Global, especialmente no continente africano. Desde as reformas de Deng Xiaoping no final da década de 1970, a China experimenta um crescimento acelerado, impulsionado pela abertura ao comércio exterior e pelo acúmulo de reservas de capital, que passaram a ser direcionadas para projetos de cooperação internacional. Esse processo vai além da América Latina: na África, ele se manifesta em investimentos massivos em mineração, energia e infraestrutura, frequentemente interpretados como um esforço para promover o desenvolvimento e a integração dos países parceiros (CARMODY, 2016).

Segundo Arrighi (2007), a estratégia chinesa representa uma tentativa de reconfigurar o capitalismo global, unindo crescimento interno e projeção externa. Essa dinâmica se traduz, no caso africano, na presença ativa de empresas estatais em setores-chave, garantindo à China, ao mesmo tempo, acesso a matérias-primas estratégicas e colaboração nos fluxos comerciais. Para Dussel Peters (2020), políticas como o “*Going Global*” e a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) devem ser vistas como parte de um projeto de expansão inclusiva que visa promover uma interdependência mútua com a América Latina e a África, criando novas oportunidades de desenvolvimento conjunto. A crítica de Santos (2000) nos permite refletir sobre os desafios da globalização, mas, ao contrário da ideia de dependência, a presença chinesa na África e no Nordeste brasileiro deve ser interpretada como um esforço colaborativo, que promove integração e oferece novas vias de crescimento econômico compartilhado.

No continente africano, a presença chinesa tem se intensificado desde os anos 2000, especialmente através de grandes obras de infraestrutura financiadas por bancos estatais chineses e executadas por empresas públicas e privadas ligadas ao governo. Estradas, ferrovias, portos e usinas hidrelétricas foram construídos ou ampliados em dezenas de países africanos, como Etiópia, Angola, Quênia e Nigéria, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento local e a integração continental. Essas obras são frequentemente acompanhadas por parcerias que ajudam no fortalecimento das economias locais e na criação de empregos para as comunidades envolvidas. Além disso, muitos projetos se concentram em melhorar a infraestrutura interna dos países, o que, a longo prazo, pode criar novas oportunidades de crescimento e reduzir a dependência externa (GARVER, 2011).

A atuação da China na África, longe de ser uma forma de exploração, representa uma estratégia de cooperação e benefício mútuo, onde os países africanos estão sendo

reposicionados como protagonistas no cenário global, atendendo tanto às suas necessidades internas quanto às de uma economia mundial mais interconectada (GARVER, 2011).

Conforme sugerido por Albert (2018), esses investimentos têm sido facilitados por políticas governamentais favoráveis, como o programa "*Belt and Road Initiative*", que busca promover a cooperação econômica e comercial entre a China e os países ao longo das antigas rotas da Rota da Seda. A exemplo citamos a Figura 1 que trata da construção de uma autoestrada em Uganda, no ano de 2017, em que a China investiu US\$ 350.000.000 e Uganda entrou com um aporte de US\$ 126.000.000.

Figura 1 – Construção de uma autoestrada em Uganda, 2017



Fonte: Zhang Gaiping, 2017.

No entanto, é importante destacar que a natureza e escopo dos investimentos chineses têm evoluído ao longo do tempo, refletindo tanto as mudanças nas condições econômicas globais quanto as prioridades políticas e estratégicas da China. Por exemplo, enquanto os primeiros investimentos chineses se concentravam principalmente em recursos naturais e infraestrutura em países em desenvolvimento, como observado por Stott (2024), investimentos mais recentes têm se expandido para setores de alta tecnologia e serviços financeiros em economias desenvolvidas.

Portanto, ao examinarmos o histórico e a evolução dos investimentos chineses no cenário global, permite entender melhor o contexto em que eles estão ocorrendo na região nordeste do Brasil e suas possíveis implicações para o desenvolvimento regional e as relações internacionais. A compreensão desses aspectos é essencial para uma análise abrangente e informada dos investimentos chineses e seus impactos na região nordeste brasileira.

2.4 Conceituação de Região no Âmbito Geográfico

O conceito de região sempre ocupou posição central na Geografia, ainda que tenha passado por transformações profundas ao longo do tempo, acompanhando as mudanças teóricas e metodológicas da própria ciência geográfica. Em uma primeira acepção, a região foi entendida como uma parte homogênea do espaço, com características físicas, econômicas ou culturais semelhantes, com foco descritivo e voltado à diferenciação de áreas (VIDAL DE LA BLACE, 1911 e RICHARD HARTSHORNE, 1939). Nessa abordagem, as regiões eram concebidas como espaços homogêneos, delimitados a partir de critérios físicos ou socioeconômicos (MORAES, 2007).

No curso do tempo o conceito ganhou uma concepção crítica e funcional com abordagens da Geografia Quantitativa e passou a ser visto de modo funcional e sistêmico, como uma unidade de análise para compreender fluxos e interações espaciais nas abordagens, por exemplo, de autores como Peter Haggett (1965) — que avança na análise de regiões funcionais e redes, e de Walter Christaller (1933), que propõe a Teoria dos Lugares Centrais, introduzindo uma abordagem econômica e hierárquica do espaço regional (MORAES, 2007).

A partir da década de 1970 tem-se uma concepção crítica e socioespacial do conceito onde a região passa a ser vista como uma construção histórica e social, produto das contradições do modo de produção capitalista nas abordagens, por exemplo, de: Milton Santos (1978, 1996) — que enfatiza a região como totalidade concreta, articulada às escalas do território e da globalização (*Por uma Geografia Nova, A Natureza do Espaço*); e Manuel Correia de Andrade (1988) — em *O Nordeste e a questão regional*, onde mostra a região como expressão das desigualdades socioeconômicas e políticas no território brasileiro.

Corrêa (1987) sugere que a região constitui uma das categorias fundamentais da Geografia, pois possibilita entender os processos de diferenciação espacial e as formas como as sociedades organizam seus territórios. E na perspectiva de que o espaço é dinâmico e construído socialmente a visão da região foi, gradualmente, substituída por abordagens que enfatizam as interações, fluxos e redes, reconhecendo que o espaço é dinâmico e construído socialmente. Nessa discussão, Haesbaert (1996), vai propor a análise regional onde a região deve ser compreendida como processo, em constante transformação. Nessa abordagem, o autor defende que a região é também um espaço de identidade cultural e representatividade política, articulado por interesses econômicos e sociais, configurando-se como território simbólico e político.

Assim, essa concepção amplia a noção de região ao incluir dimensões subjetivas e de pertencimento, que ajudam a explicar a força que determinados recortes espaciais adquirem ao

longo do tempo. Em diálogo a esse entendimento, Bezzi (2002) argumenta que a região é uma construção cultural, marcada pela materialização de identidades, valores e práticas no espaço; e as regiões não existem apenas como delimitações cartográficas, mas como espaços vividos e significados, que expressam identidades coletivas. Foi alinhado ao pensamento desses dois últimos autores que procuramos compreender a Região Nordeste no intuito de analisar os investimentos chineses nos territórios estaduais, da referida região.

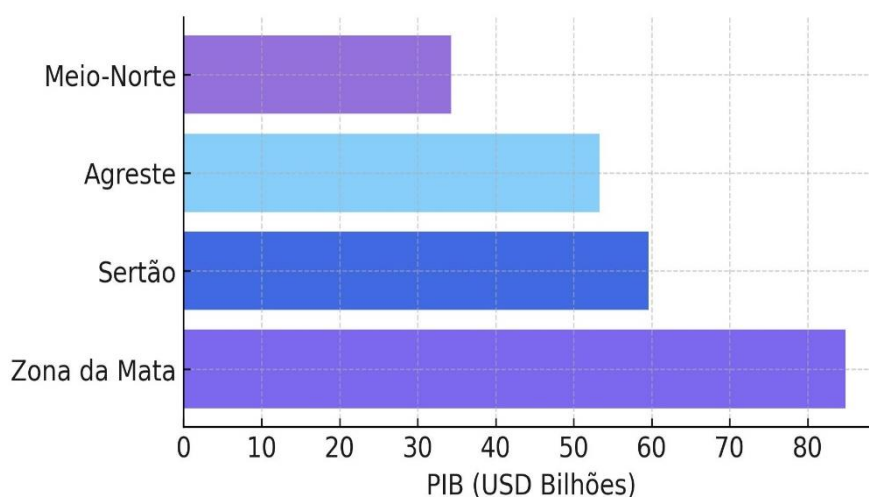
2.5 Região e Região Nordeste: Conceitos e Delimitações

Aqui, adotaremos a divisão do Nordeste em quatro sub-regiões — Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio-Norte, que foi elaborada pelo geógrafo Manuel Correia de Andrade, em 1960, e adotada oficialmente pelo IBGE, em 1967 (ANDRADE, 1988). O autor utilizou fatores físico-naturais (como clima e vegetação) e socioeconômicos (como estrutura fundiária, tipo de produção e densidade populacional) como critérios voltados ao recorte regional.

Essa delimitação reflete não apenas diferenças ambientais, mas também formas de ocupação e organização produtiva. Enquanto a Zona da Mata concentrou a plantation açucareira desde o período colonial, o Agreste consolidou-se como área de policultura e de transição; o Sertão, por sua vez, se vinculou à pecuária extensiva e à economia de subsistência, ao passo que o Meio-Norte manteve características híbridas, de ocupação mais tardia (IBGE, 2024).

Essa diversidade interna mostra que o Nordeste não é uma condição homogêneo, mas uma Região diversa, entretanto, a sua unidade se constrói sobretudo no campo simbólico e identitário. O gráfico 9 apresenta o PIB por sub-região onde a Zona da Mata é a porção que possui o maior dinamismo econômico, dentre as demais.

Analisando as sub-regiões nordestinas, começamos pela Zona da Mata, que representa o núcleo original da colonização portuguesa no Brasil. Foi na Zona da Mata que se instalou o complexo açucareiro, primeira grande empresa colonial tropical, baseada no tripé latifúndio-monocultura-escravidão (RANGEL, 1986). Esta sub-região estende-se por uma faixa litorânea que vai do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia, caracterizada por solos massapê férteis e clima úmido propício à cana-de-açúcar. A paisagem da Zona da Mata ainda hoje guarda as marcas profundas do período açucareiro, com seus engenhos, casarões coloniais e uma estrutura fundiária extremamente concentrada (ANDRADE, 1998).

Gráfico 9 – PIB por Sub-Região Nordestina (USD), 2024

Fonte: IBGE, 2024. Elaboração: O autor, 2025.

O Agreste configura-se como uma área de transição entre o litoral úmido e o semiárido sertanejo. O Agreste sempre funcionou como uma área de mediação entre o litoral exportador e o sertão de subsistência, desenvolvendo uma economia diversificada baseada na policultura e no comércio (BACELLAR, 2005). Esta sub-região caracteriza-se por um relevo mais acidentado, com serras e planaltos, onde se desenvolveu uma agricultura familiar convivendo com pequenas propriedades comerciais. O Agreste tornou-se um espaço de inovação agrícola e desenvolvimento de culturas adaptadas às condições edafoclimáticas locais, demonstrando grande capacidade de resiliência e adaptação (FERNANDES, 2012).

O Sertão representa a face mais conhecida, embora frequentemente estereotipada, do Nordeste. O Sertão constitui-se como uma civilização do couro, onde a pecuária extensiva moldou não apenas a economia, mas toda uma cultura e forma de vida adaptada às condições do semiárido (RANGEL, 1986). Caracterizado pelo clima semiárido, com precipitações irregulares e solos geralmente rasos, o Sertão desenvolveu sistemas produtivos adaptados às adversidades climáticas. Longe de ser uma área estagnada, o Sertão sempre demonstrou notável capacidade de inovação, seja através das técnicas de convivência com o semiárido, seja através dos movimentos migratórios que redistribuem sua população pelo país (ANDRADE, 1998).

O Meio-Norte, também conhecido como Nordeste Ocidental, representa uma área de transição entre a Amazônia e o semiárido. O Meio-Norte caracteriza-se por uma ocupação mais tardia e por economias de fronteira, onde coexistem atividades extrativistas, pecuária extensiva e agricultura moderna (BACELLAR, 2005). Esta sub-região, que compreende principalmente o estado do Maranhão e parte do Piauí, apresenta características tanto do cerrado quanto da

Amazônia, constituindo-se como uma área de intensas transformações recentes. O Meio-Norte tem sido palco de significativos conflitos fundiários e ambientais, decorrentes da expansão da fronteira agrícola e dos grandes projetos de desenvolvimento implementados na região (FERNANDES, 2012).

Na atualidade, o Nordeste passa por profundas transformações que desafiam as visões tradicionais sobre a região. O Nordeste não é uma região condenada ao atraso, mas uma área em processo de transformação, que busca superar seus históricos desequilíbrios através de novas bases produtivas e organizacionais (RANGEL, 1986). As recentes dinâmicas econômicas, como a expansão do agronegócio no cerrado nordestino, o desenvolvimento da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, o crescimento da indústria de transformação em polos como Camaçari e o surgimento de um vigoroso setor de serviços nas metrópoles regionais, demonstram a vitalidade e capacidade de renovação da região.

No Período Colonial, a economia nordestina esteve estruturada principalmente em torno do ciclo da cana-de-açúcar, que se consolidou como o primeiro grande sistema econômico integrado do Brasil. Segundo Prado Júnior (2011), a produção açucareira constituiu o maior setor econômico da Colônia.

A atividade concentrava-se no Recôncavo baiano e em Pernambuco, organizando-se em grandes latifúndios com base na monocultura e no trabalho escravizado. Essa atividade foi responsável por inserir o Brasil nas redes do comércio atlântico. De acordo com Furtado (2005), o ciclo do açúcar inseriu o país em uma lógica de dependência externa, já que a produção estava voltada para atender à demanda europeia. Não obstante, consolidou-se um padrão de concentração fundiária mediante mão de obra escrava e de exclusão social estratificada que marcou profundamente a estrutura socioeconômica da região.

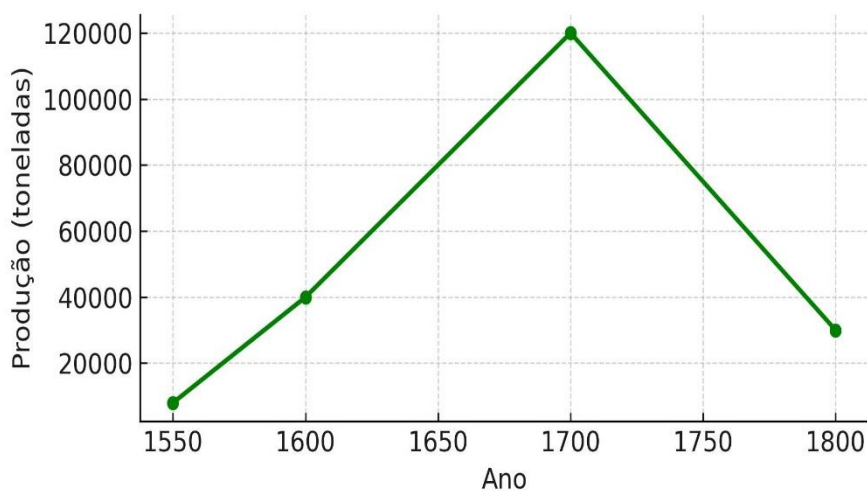
No período a centralidade da produção açucareira não apenas organizou o território, mas também condicionou o processo de urbanização, com o fortalecimento de cidades portuárias como Salvador e Recife, que desempenhavam papel fundamental no escoamento da produção. Conforme observa Prado Júnior (2011), o engenho era o núcleo de organização econômica e social da colônia, articulando lavoura, manufatura e comércio.

A partir do século XVIII, o setor açucareiro no Brasil passou a enfrentar desafios econômicos que comprometeram sua posição predominante no comércio internacional. A concorrência do açúcar produzido nas Antilhas e a queda nos preços globais foram fatores cruciais dessa crise.

O açúcar brasileiro, que antes dominava os mercados europeus, viu-se superado, principalmente devido à localização mais estratégica das Antilhas em relação à Europa, o que

lhes garantiu um custo de transporte mais baixo e preços mais competitivos (CARVALHO, 1996). O gráfico 10 mostra a produção de açúcar no Brasil Colônia, entre os anos de 1550 a 1800, evidenciando que a produção brasileira ficou atrasada em relação a inovações tecnológicas implementadas em outros centros produtores, como as Antilhas.

Gráfico 10 – Produção de açúcar no Brasil, 1550-1800

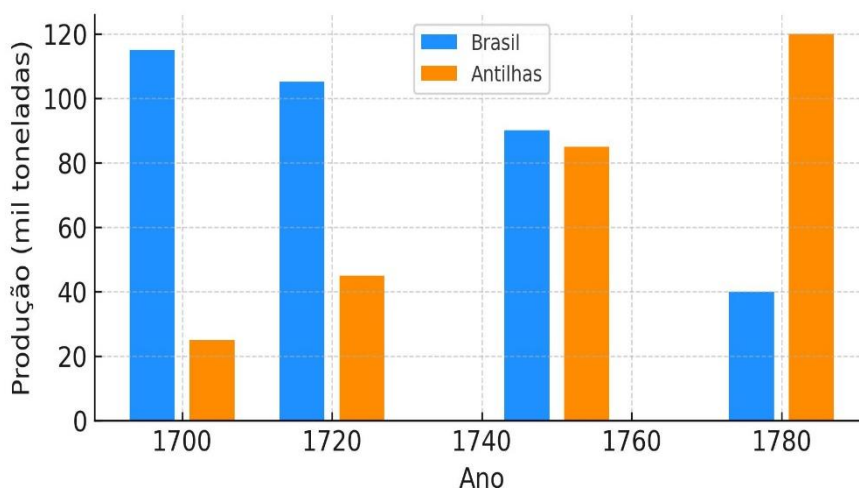


Fonte: IPEA 2024. Elaboração: O autor, 2025.

Outro fator relevante foi a estrutura agrária do Brasil, profundamente desigual, que dificultou a implementação de novas tecnologias. Segundo Carvalho (1996), a concentração de terras nas mãos de grandes latifundiários, aliada ao sistema de produção baseado na mão de obra escrava, fez com que a inovação fosse relegada a um segundo plano. O modelo agrário do Brasil não favorecia a adaptação às novas exigências do mercado global, o que resultou na estagnação do setor.

Portanto, a crise do açúcar no Brasil não foi um fenômeno isolado, mas sim uma consequência de diversos fatores internos e externos. O país não conseguiu competir com outras regiões produtoras mais modernas, e a resistência ao avanço tecnológico, aliada a um modelo agrário excludente, inviabilizou a recuperação do setor (CARVALHO, 1996).

O Brasil, então, teve de buscar alternativas, como a mineração e a produção de café, para substituir o açúcar como principal fonte de riqueza. O gráfico 11 expressa a produção comparativa entre Brasil x Antilhas ocorrida entre os anos de 1700 a 1780. Observe a queda abrupta da produção brasileira entre os anos de 1740 a 1780 em detrimento do crescimento das Antilhas no mesmo período.

Gráfico 11 – Produção comparativa: Brasil x Antilhas, 1700-1780

Fonte: IPEA 2024. Elaboração: O autor, 2025.

Pelo exposto, a análise histórica do Nordeste mostra como as citadas atividades econômicas foram capazes de modelar não apenas a economia, mas também o território, as redes de circulação e também os elementos culturais da região. Essa perspectiva confirma a importância de adotar um conceito ampliado de região, capaz de integrar dimensões econômicas, territoriais e culturais na compreensão da realidade nordestina.

2.6 A Importância da Sudene no Desenvolvimento Regional do Nordeste

A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959, idealizada por Celso Furtado, representou a primeira iniciativa estruturante do Estado brasileiro para enfrentar o subdesenvolvimento regional. A trajetória da autarquia, no entanto, é marcada por ciclos de intensa atividade e longos períodos de paralisia, refletindo a volatilidade do compromisso político com a região. Para quantificar essa trajetória, é fundamental analisar dados que retratem seu investimento, seu impacto econômico e o contexto social do Nordeste.

Imediatamente após sua fundação, a Sudene elaborou o primeiro Plano Diretor para a região, diagnosticando a economia açucareira decadente e propondo a industrialização como eixo central. Sob a gestão de Furtado, entre 1959 e 1964, os trabalhos se concentraram em infraestrutura básica e planejamento. O grande salto, porém, veio com o regime militar, de 1964 a 1985, que, paradoxalmente, manteve e ampliou a instituição, alinhando-a ao seu projeto nacional-desenvolvimentista (SUDENE, 2023).

A partir de 1965, a política de incentivos fiscais, que permitia às empresas deduzirem até 50% do Imposto de Renda devido em investimentos no Nordeste, tornou-se o carro-chefe.

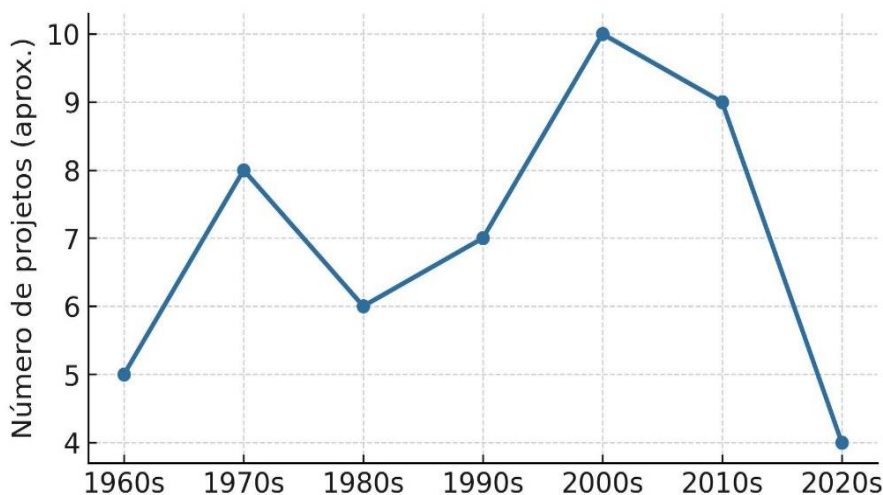
Os resultados foram expressivos: entre 1960 e 1980, a participação da indústria no PIB nordestino saltou de aproximadamente 12% para cerca de 25%. O número de projetos aprovados com incentivos fiscais cresceu de forma acelerada, atingindo seu pico na segunda metade da década de 1970, com a instalação de grandes polos petroquímicos, como o Polo de Camaçari, na Bahia, concebido com apoio da Sudene, e complexos têxteis.

Nesse período, o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, o FDNE, foi crucial para financiar obras de infraestrutura energética e de irrigação, como as do Vale do São Francisco. Entretanto, a crise da dívida dos anos 1980 e o subsequente colapso fiscal do Estado brasileiro atingiram em cheio a Sudene. Os recursos do FDNE, que haviam fluído de forma relativamente constante, começaram a sofrer sucessivos contingenciamentos. Dados do IPEA (2010) mostram que os investimentos federais em desenvolvimento regional caíram drasticamente no período. Sem a capacidade de oferecer incentivos financeiros robustos e em um contexto macroeconômico de hiperinflação e instabilidade, o poder de atração da Sudene diminuiu.

O número de novos projetos aprovados declinou de forma acentuada. Paralelamente, críticas de cunho neoliberal ganharam força, argumentando que os incentivos fiscais representavam um subsídio do Sul para o Nordeste e distorciam o mercado. Esse ambiente culminou na sua extinção em 2001 (SUDENE, 2023). No gráfico 12 podemos ver o número de projetos importantes por década, propostos pela Sudene, desde os anos 1960 até o período mais contemporâneo dos anos 2010 a 2020.

A pressão política e a reconhecida importância simbólica da Sudene levaram à sua recriação em 2007, durante o governo Lula. No entanto, a autarquia renasceu em um contexto radicalmente diferente. O novo modelo, consolidado pela Lei Complementar nº 125 de 2008, substituiu o sistema de isenção do Imposto de Renda por um mecanismo de desconto parcial, de até 34% inicialmente, depois 29%, no valor do imposto a pagar.

O dinamismo da economia mundial e a ascensão de potências como a China impõem novos desafios e oportunidades, requerendo das agências de desenvolvimento regional uma visão que transcenda as fronteiras nacionais. O debate sobre a eficácia de instituições de fomento e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento regional, nesse novo contexto global, continua sendo central, como é debatido em estudos sobre as relações internacionais e a busca por modelos de cooperação “ganhar-ganhar” (PUNTIGLIANO, 2016). A Sudene, portanto, busca adequar sua atuação aos imperativos do século XXI, mantendo seu objetivo primordial de reduzir as desigualdades regionais.

Gráfico 12 – Projetos da Sudene por década, 1960-2020

Fonte: SUDENE, 2023. Elaboração: O autor, 2025.

Embora tenha revitalizado o fluxo de investimentos, o volume captado sob a nova legislação nunca atingiu os patamares históricos do modelo anterior, quando corrigidos pela inflação. Dados da própria Sudene indicam que, entre 2008 e 2020, foram aprovados projetos somando cerca de 150 bilhões de reais em investimentos, com geração estimada de mais de 300 mil empregos. São números significativos, mas que, quando diluídos ao longo dos anos e frente ao tamanho da economia regional, mostram uma capacidade de indução menor.

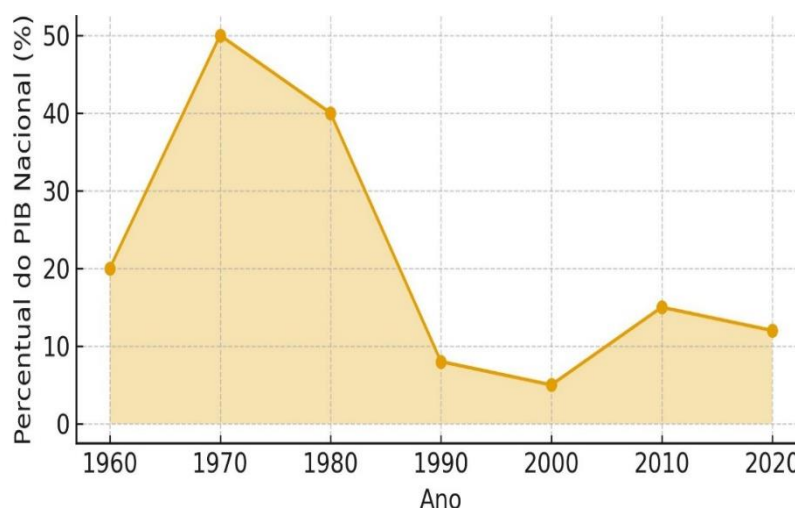
Apesar dos avanços pontuais, os dados macroeconômicos nacionais revelam a persistência das desigualdades históricas. A participação do PIB do Nordeste no PIB nacional, que era de cerca de 11% em 1960, cresceu de forma lenta e irregular, atingindo aproximadamente 14% em 2022 (IBGE, 2023). Este é talvez o indicador mais claro de que a transformação estrutural almejada por Celso Furtado não se concretizou.

Por outro lado, indicadores sociais como taxa de analfabetismo, expectativa de vida e acesso à energia elétrica melhoraram de forma consistente, especialmente a partir dos anos 2000, fruto de políticas sociais federais e não necessariamente de uma ação direta da Sudene (IPEA, 2024). No gráfico 13 nos é explicitada a evolução dos recursos do FNDE em relação ao percentual do PIB entre os anos de 1960 a contemporaneidade, em 2020.

Apesar dos desafios, as contribuições materiais da Sudene são inegáveis e podem ser identificadas em transformações concretas, no contexto econômico nordestino. Conforme demonstram estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010) e relatórios da própria autarquia, a atuação da Sudene foi fundamental para a implantação de infraestrutura crítica e arranjos produtivos locais.

A irrigação no Vale do São Francisco, que transformou a Região em um dos principais polos de fruticultura irrigada do país, foi amplamente fomentada com recursos do FDNE. Da mesma forma, a geração de energia elétrica na região recebeu investimentos maciços, com a Sudene participando do financiamento de obras como a Usina Hidrelétrica de Sobradinho e a Usina Paulo Afonso, ampliando a capacidade energética que era um gargalo histórico para o desenvolvimento regional.

Gráfico 13 – Evolução dos recursos do FNDE em percentual do PIB, 1960-2020



Fonte: IPEA, 2010; SUDENE, 2024. Elaboração: O autor, 2025.

Na industrialização, além do emblemático Polo de Camaçari, a autarquia foi decisiva na estruturação de distritos industriais em capitais como Recife e Fortaleza, e no fomento a polos de confecções no Agreste, que hoje são dinâmicos geradores de emprego e renda (SUDENE, 2024). Essas intervenções, embora não tenham alterado radicalmente a participação relativa do Nordeste no PIB nacional, criaram as bases materiais e a capilaridade produtiva que permitiram a consolidação de uma economia regional mais diversificada e resiliente.

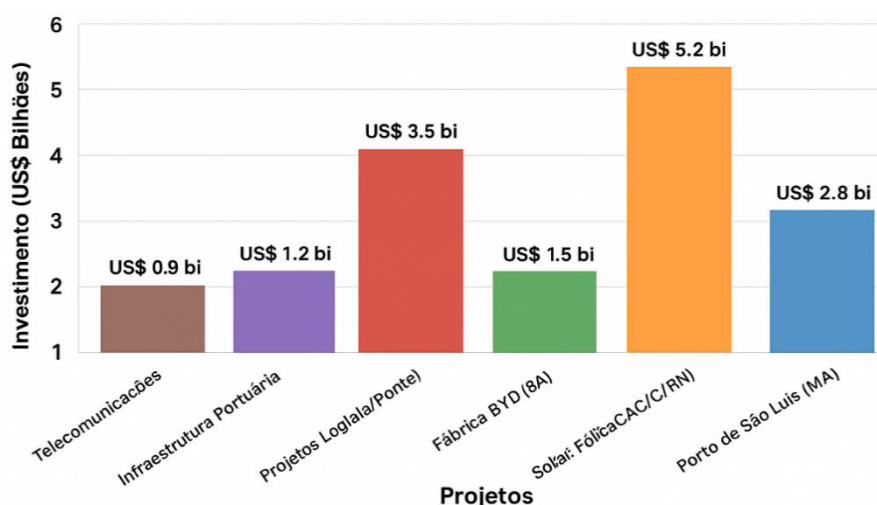
A entrada de capital e o aumento das relações comerciais com economias emergentes, como a China, abrem novas avenidas para o Nordeste, mas também impõem a necessidade de políticas de desenvolvimento que mitiguem a dependência excessiva de *commodities* e promovam a agregação de valor. O aprofundamento das relações comerciais e de investimento com a China e outros países exige uma avaliação estratégica, visando parcerias que, de fato, se configurem como uma relação de benefício mútuo para o desenvolvimento regional (PUNTIGLIANO, 2016).

CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Investimentos Chineses no Brasil: Panorama Geral

O Brasil figura entre os principais destinos de investimentos chineses na América Latina. Desde os anos 2000, o país atrai capitais chineses em setores como energia elétrica, petróleo e gás, agricultura, mineração, transporte e tecnologia (CEBC, 2023). Os anos de 2010 a 2019 foram marcados por grandes aquisições e projetos de infraestrutura. No gráfico 14 podemos observar as empresas *State Grid*, *China Three Gorges*, *Huawei*, *Cosco Shipping* e *BYD* que se instalaram no Brasil ou firmaram parcerias com empresas locais (GALLAGHER, 2020). Observar com maior enfoque os setores mais privilegiados com o capital chinês.

Gráfico 14 – Principais aportes de projetos chineses no Nordeste Brasileiro em US\$, 2020-2024



Fonte: CEBC, 2025. Elaboração: O autor, 2025.

A ascensão do Estado Chinês como potência econômica global tem gerado novas oportunidades de desenvolvimento para o Brasil, especialmente para o Nordeste. O país busca criar uma rede de interdependência econômica, onde os investimentos não são uma relação de exploração, mas de colaboração estratégica. Ao contrário do modelo colonial de dependência, os investimentos chineses oferecem a chance de modernizar a infraestrutura e diversificar a economia local (JACQUES, 2009).

Tais investimentos visam acessar recursos naturais, ampliar mercados e melhorar a logística, enquanto fortalecem a influência política da China. Com crises econômicas e instabilidade nos mercados centrais, o Brasil, e no caso, a Região Nordeste, tem atraído capital externo, impulsionado por incentivos fiscais e apoio estatal (IPEA, 2021).

Ao invés de continuar a exportar apenas matéria-prima, o país se insere de forma mais ativa no mercado global, com maior potencial para desenvolvimento tecnológico e industrial. A aplicação destes capitais ajuda a mudar a dinâmica de desenvolvimento, criando um cenário mais equilibrado e sustentável, onde países receptores, como o Brasil, podem crescer junto com os investidores, em uma parceria colaborativa que favorece um desenvolvimento mútuo (GARVER, 2011).

3.2 A Inserção Chinesa no Nordeste Brasileiro

Nas últimas duas décadas, o Nordeste brasileiro tem sido uma das regiões mais visadas pelos investimentos chineses. A combinação de recursos naturais, disponibilidade energética (eólica e solar), localização geoestratégica e políticas regionais de atração de investimentos tornam a região um alvo prioritário (SILVA, 2019).

Entre os principais projetos, destacam-se:

- a) O Porto de São Luís (MA), com participação da China *Communications Construction Company*;
- b) Parques de energia solar e eólica no Piauí, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte (CGN Energy, *State Power Investment Corporation*);
- c) A instalação da Fábrica da BYD na Bahia;
- d) Projetos logísticos como a Ferrovia Transnordestina e a Ponte Salvador-Itaparica, em negociações com empresas chinesas.

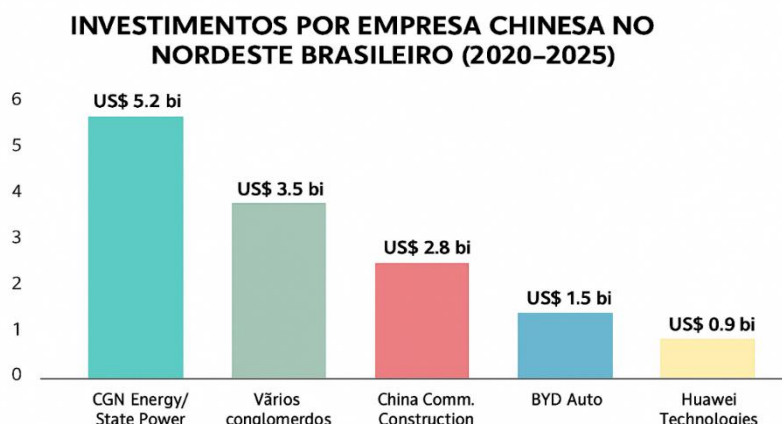
Esses empreendimentos envolvem articulações entre governos estaduais, federais e empresas privadas e em muitos casos, os projetos são viabilizados por créditos do Eximbank da China e acordos de cooperação técnica (CEPAL, 2022). Observar o gráfico 15, com atenção as empresas que mais aportam capital na região e, quais setores são mais priorizados no presente momento.

O recorte centra-se na análise dos investimentos estrangeiros diretos oriundos da China, particularmente nas áreas de energia, logística, infraestrutura e agronegócio. Esses setores foram identificados como prioritários pela própria política externa chinesa no marco da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) e são também os mais visados pelos capitais chineses na América Latina e no Brasil (DUSSEL PETERS, 2020; CEBC, 2023).

Na área de energia, destacam-se àqueles em geração (hidrelétrica, solar e eólica) e transmissão, com empresas como a *State Grid Corporation* e a *China Three Gorges*

desempenhando papel central na compra de ativos e na construção de novas linhas e parques. A China detém hoje parcela significativa da infraestrutura energética brasileira (IPEA, 2021).

Gráfico 15 – Investimentos por empresa chinesa no Nordeste Brasileiro, 2020-2025



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2024; CEPAL, 2022. Elaboração: O autor, 2025.

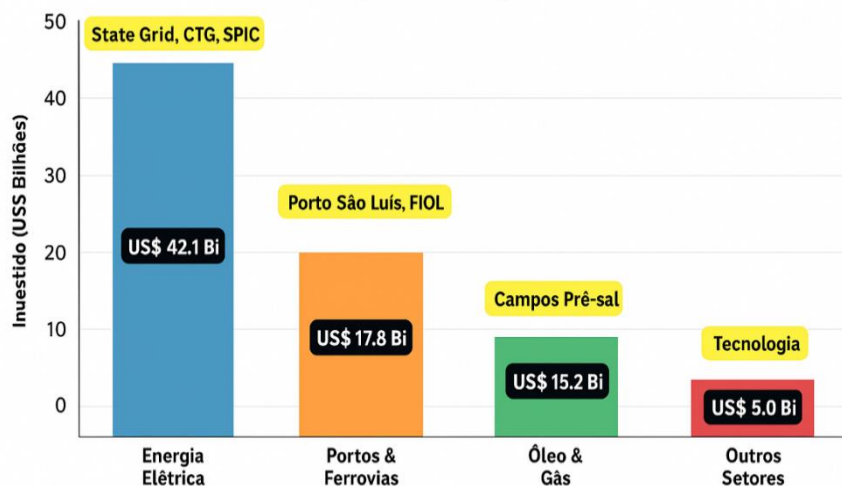
No setor de logística e infraestrutura, há um esforço sistemático para controlar rotas de escoamento de commodities, como portos, ferrovias e corredores multimodais, com destaque para o Porto de São Luís (MA) e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (BA), conforme relatórios do Observatório da China (UFRJ, 2024) e da CEPAL (2022). Já no agronegócio, os investimentos chineses buscam garantir segurança alimentar, adquirindo participação em cadeias de suprimentos e empresas de armazenagem e distribuição (GALLAGHER, 2020).

Conforme sugerem Marini (1973) e Frank (1970), tal estratégia reforça uma lógica de integração subordinada dos países periféricos na divisão internacional do trabalho, em que o Brasil ocupa a posição de fornecedor de matérias-primas e alimentos. No gráfico 16 observamos o desenrolar do investimento chinês na área da infraestrutura com indicação das principais empresas por trás da aplicação desses capitais, no período de 2015 a 2023.

Portanto, esse recorte evidencia o papel da China na reconfiguração seletiva do território brasileiro, priorizando setores estratégicos que garantem acesso a recursos, energia e rotas logísticas, intensificando processos de dependência econômica e tecnológica (SANTOS, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006). Há uma maior concentração da aplicação desses investimentos que se concentram com maior ênfase nos estados da Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Esses territórios foram escolhidos por abrigarem a maior parte dos empreendimentos com

participação ou financiamento chinês no país, conforme dados do CEBC (2023), Observatório da China (UFRJ, 2024) e estudos de Ferreira (2020).

Gráfico 16 – Investimento chinês em infraestrutura no Brasil, 2015-2023



Fonte: CEBC, 2023; ANEEL, 2023. Elaboração: O autor, 2025.

A Bahia destaca-se por receber investimentos no setor automotivo (com a fábrica da BYD) e em energias renováveis (parques solares e eólicos). O Maranhão sedia o estratégico Porto de São Luís, vinculado a corredores logísticos voltados para exportação. O Ceará participa de projetos de energia e tecnologia, além de abrigar iniciativas de hidrogênio verde. O Piauí tornou-se um polo de energia eólica, com diversos parques operados por empresas chinesas como CGN Energy. O Rio Grande do Norte, além de investir também em energia, é palco de parcerias na agricultura familiar, com fornecimento de maquinário e tecnologia agrícola (SILVA, 2019; STOTT, 2024).

3.3 Motivações e Estratégias por Trás dos Investimentos Chineses no Brasil

A crescente presença dos investimentos chineses na região nordeste do Brasil representa um fenômeno de significativa importância para análise da Geografia Econômica contemporânea. A nação asiática, como uma potência econômica em ascensão, tem buscado expandir sua influência global através de estratégias de investimento em diversas partes do mundo, e o nordeste brasileiro emergiu como um importante alvo desses aportes. Neste contexto, é essencial analisar as vantagens e implicações dessa integração do gigante asiático ao nordeste brasileiro, considerando os diversos aspectos socioeconômicos, geopolíticos e ambientais envolvidos (BRAUTIGAM, 2009).

Uma das principais vantagens da presença de investimentos estrangeiros na região nordeste é o significativo potencial para impulsionar tanto o desenvolvimento econômico quanto social. Os aportes provenientes do país asiático, com sua forte capacidade de inovação e experiência em setores estratégicos, têm o poder de transformar a dinâmica econômica da região.

Esses investimentos podem contribuir de maneira substancial para a criação de novos postos de trabalho, o aumento da produtividade e a modernização da infraestrutura local, com destaque para a melhoria das redes de transporte, comunicação e energia, como apontado por Garcia et al. (2023). Além disso, os recursos direcionados à infraestrutura de alta tecnologia e à formação de novos polos industriais promovem uma sinergia entre os setores público e privado, essencial para o crescimento sustentável da região.

Não obstante, esses aportes têm o potencial de estimular a diversificação da matriz econômica nordestina, reduzindo a dependência de setores tradicionais como o agronegócio e a indústria extrativa, ao mesmo tempo em que impulsionam novas áreas de negócio, como as energias renováveis, as tecnologias da informação e a indústria de transformação. Isso não só promove uma economia mais resiliente, mas também abre espaço para a inovação e o empreendedorismo local, incentivando o surgimento de novas empresas e o fortalecimento de *startups* regionais (BRAUTIGAM, 2009).

A mudança para uma economia mais diversificada e moderna, fomentada por esses investimentos, contribui não apenas para o crescimento econômico, mas também para o aprimoramento das condições de vida da população, ao gerar uma gama mais ampla de oportunidades e melhorar a qualidade de vida nas comunidades locais (BRAUTIGAM, 2009).

A China é conhecida por seu avanço tecnológico em áreas como energia renovável, transporte e telecomunicações – conforme já pontuado no gráfico 2, da Justificativa. A integração desse país ao nordeste brasileiro pode facilitar a adoção dessas tecnologias na região. Como observado por Cariello (2021), os investimentos chineses em energias renováveis, por exemplo, podem contribuir para a diversificação da matriz energética nordestina, reduzindo a dependência de fontes não renováveis e promovendo a sustentabilidade ambiental.

Projetos em parceria, como usinas solares e parques eólicos, não apenas ampliam o acesso a fontes limpas de energia, mas também criam oportunidades para formação profissional, pesquisa científica e desenvolvimento industrial na região. Essa colaboração pode contribuir para reduzir desigualdades históricas ao integrar o Nordeste a setores tecnológicos de ponta, fortalecendo sua inserção na economia global de maneira mais qualificada e sustentável (BRAUTIGAM, 2009). A exemplo citamos a Figura 2 que trata da exposição de um modelo de

trator que é amplamente exportado para o Nordeste do Brasil devido ao seu excelente custo e benefício, e a sua eficiência nos trabalhos relacionados a agricultura familiar fomentada e praticada na região.

Figura 2 – Trator Huili HLA504 exportado para uso nas atividades agrícolas do Nordeste



Fonte: Juliet Xiao, 2023.

Ademais, a cooperação com a China pode impulsionar a infraestrutura digital e o acesso à conectividade no Nordeste, facilitando a inclusão digital e ampliando o alcance de serviços como saúde e educação a distância. A implementação de tecnologias emergentes, como 5G e Internet das Coisas (IoT), pode também melhorar a eficiência no gerenciamento de recursos naturais e na produção agrícola, setores chave para a economia na região nordestina (GARVER, 2011).

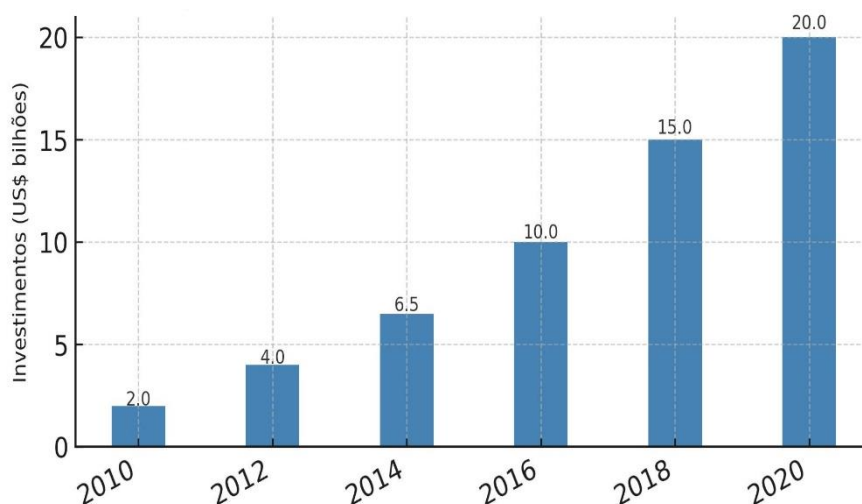
A crescente presença dos aportes chineses no Nordeste oferece uma oportunidade excepcional para o desenvolvimento econômico e social da área. Como uma potência emergente, a China tem se destacado em promover inovações em setores cruciais, como energias renováveis, infraestrutura e tecnologia. A integração desse país ao Nordeste brasileiro representa uma chance de modernizar e diversificar a economia local, impulsionando o progresso sustentável e avançando na implementação de soluções limpas, como evidenciado por projetos de usinas solares e parques eólicos.

Conforme mencionado por Cariello (2021), os investimentos em fontes de energia renováveis são essenciais para diversificar a matriz energética da região, diminuindo a dependência de fontes poluentes e posicionando o Nordeste em sintonia com as práticas ambientais mais avançadas globalmente. A parceria com o país asiático também abre caminhos

para o desenvolvimento de habilidades técnicas, a transferência de tecnologia e o fortalecimento de setores estratégicos, como a indústria de telecomunicações e o transporte, ambos fundamentais para o crescimento do Nordeste e sua integração ao mercado internacional.

Ao investir em áreas de alta tecnologia, a região se posiciona como um centro de inovação no Brasil, destacando-se no uso de tecnologias avançadas, como a mobilidade elétrica e a digitalização (JACQUES, 2009). O gráfico 17 trata da evolução ocorrida nos investimentos chineses no Nordeste entre os anos de 2010 a 2020. Observar a constância do crescimento dos aportes ano após ano.

Gráfico 17 – Evolução dos investimentos chineses no Nordeste em US\$, 2010-2020



Fonte: CEBC, 2023; ANEEL, 2023. Elaboração: O autor, 2025.

3.4 Impactos Socioeconômicos dos Investimentos Chineses no Nordeste Brasileiro

Os impactos socioeconômicos dos investimentos chineses no nordeste brasileiro são de extrema relevância para compreendermos as dinâmicas regionais e as transformações que estão ocorrendo. Conforme evidenciado por diversos estudos e análises, como os de Garcia et al. (2023) e Polo (2023), esses investimentos têm gerado uma série de efeitos, tanto positivos quanto desafiadores, que moldam a economia e a sociedade da região.

Em termos positivos, eles têm contribuído para o desenvolvimento econômico regional, estimulando o crescimento de setores-chave, como infraestrutura, energia e tecnologia. Como destacado por Lara (2023) e Rodrigues (2023), a injeção de capital chinês tem impulsionado a construção de novas instalações industriais, a modernização de portos e aeroportos, e a expansão da infraestrutura de energia, criando empregos e aumentando a produtividade na região.

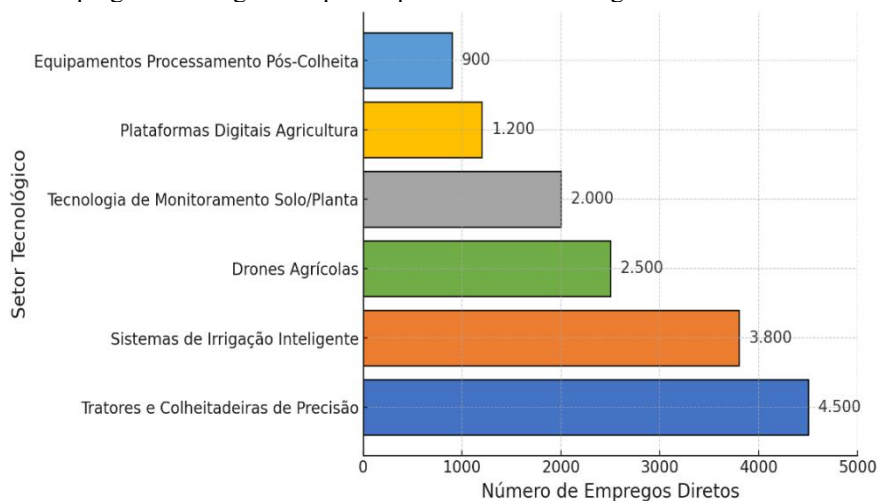
Esses investimentos têm estimulado a inovação tecnológica e o desenvolvimento de novas indústrias, como a de veículos elétricos (GIUSSANI, 2023; e CARIELLO, 2021). A presença de empresas cino nesse setor tem impulsionado parcerias com centros de pesquisa, universidades e polos industriais locais, favorecendo a transferência de conhecimento e a formação de mão de obra qualificada.

Com a crescente demanda por alimentos e produtos agrícolas, a China tem direcionado seus investimentos para modernizar e aumentar a produtividade da agricultura familiar no nordeste brasileiro. Amorim (2023) sugere que empresas chinesas têm estabelecido parcerias com cooperativas e associações de agricultores familiares na região, fornecendo tecnologia, equipamentos e assistência técnica. Tais investimentos frequentemente envolvem a introdução de tecnologias avançadas além dos equipamentos agrícolas de última geração, com o objetivo de melhorar a eficiência e a qualidade da produção agrícola.

Além disso, os chineses têm oferecido apoio técnico e treinamento para os agricultores locais, visando fortalecer a agricultura familiar na região. Essa colaboração entre investidores chineses e agricultores familiares nordestinos tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, contribuindo para a geração de empregos, o aumento da renda das famílias rurais e a segurança alimentar em ambos os casos (Urdinez, 2023).

No gráfico 18 podemos observar os empregos diretos que foram gerados por empresas chinesas que investem na área da agricultura familiar no Nordeste. Observar os aportes mais concentrados na distribuição de tratores e colheitadeiras de precisão.

Gráfico 18 – Empregos diretos gerados por empresas chinesas na agricultura familiar no Nordeste, 2025



Fonte: AMORIM, 2023; URDINEZ, 2023. Elaboração: O autor, 2025.

Os investimentos chineses na região Nordeste do Brasil representam um marco transformador no desenvolvimento regional, trazendo progresso econômico e inovação tecnológica sem precedentes. Segundo Almeida (2023), os projetos de cooperação sino-brasileira têm gerado significativa capacitação técnica e transferência de conhecimento para a população local, fortalecendo a mão de obra regional. Essas parcerias estratégicas têm possibilitado a modernização de setores tradicionais da economia nordestina, com destaque para a agricultura de precisão e a industrialização sustentável.

A visão de longo prazo chinesa tem sido fundamental para superar desafios históricos de infraestrutura no Nordeste. Conforme análise de Silva (2023), os recursos financeiros e tecnológicos provenientes da China têm preenchido lacunas cruciais no desenvolvimento nordestino, impulsionando a conectividade e a integração logística regional. Esses avanços são particularmente evidentes nos corredores de exportação e nos polos de inovação tecnológica que emergiram nos últimos anos, criando novas oportunidades econômicas.

A abordagem chinesa tem demonstrado sensibilidade às particularidades regionais, combinando eficiência produtiva com responsabilidade social. Nesse sentido, Rodrigues (2023) sugere que os projetos de investimento incorporam práticas ambientais modernas e programas de capacitação que valorizam o capital humano local. Essa sinergia entre *know-how* chinês e potencial nordestino tem produzido resultados mensuráveis na geração de empregos qualificados e no aumento da renda familiar.

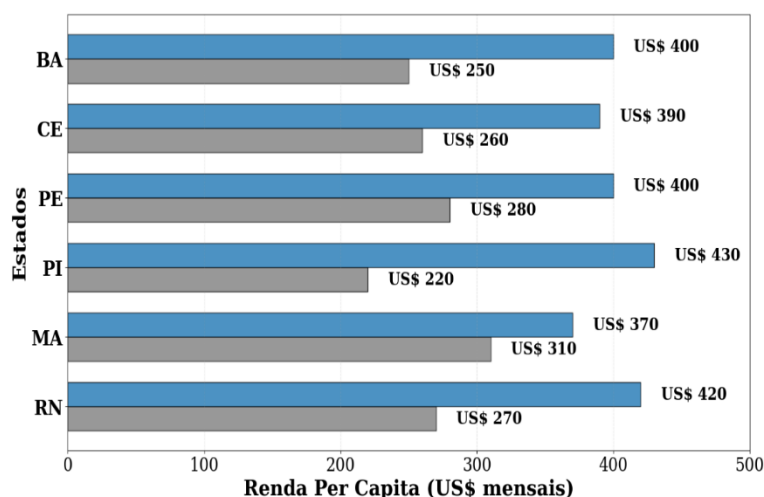
Os benefícios se estendem para além dos indicadores econômicos, alcançando a esfera do desenvolvimento institucional e da governança regional. Costa (2023) observa que a cooperação técnica sino-brasileira tem fortalecido as capacidades de planejamento e gestão nos estados nordestinos. Essa transferência de expertise administrativa e tecnológica constitui um legado duradouro que continuará beneficiando a região mesmo após a conclusão dos projetos específicos de investimento.

A parceria sino-brasileira, no Nordeste, representa um modelo de cooperação internacional baseado no benefício mútuo e no desenvolvimento compartilhado (COSTA, 2023). No gráfico 19 é perceptível observar a evolução da renda *per capita* em US\$ nos estados do Nordeste, com os investimentos chineses, ao analisarmos a subida dos valores medidos dos anos 2020 até o presente momento em 2025. Observar o notório crescimento dos valores no estado do Piauí que é conhecido por abarcar bastante capital chinês.

A colaboração entre China e o Nordeste brasileiro oferece um vasto potencial para impulsionar o desenvolvimento regional por meio da adoção de tecnologias avançadas, especialmente nas áreas de energias renováveis, telecomunicações e infraestrutura digital.

Conforme ressaltado por Cariello (2021), os investimentos chineses no setor de energias limpas podem ser decisivos para a diversificação da matriz energética nordestina, historicamente dependente de fontes fósseis como gás natural e petróleo. A introdução de usinas solares e parques eólicos, em colaboração com a China, não só contribui para a transição para fontes mais sustentáveis de energia, mas também reforça a preservação ambiental e a redução de impactos negativos no ecossistema (SILVA, 2020).

Gráfico 19 – Evolução da renda per capita em US\$ nos estados do Nordeste, 2020-2025



Fonte: CEBC, 2023; BANCO DO NORDESTE, 2023. Elaboração: O autor, 2025.

A parceria estratégica com o país asiático também abre novas perspectivas para a capacitação da mão de obra local. O estabelecimento de centros de pesquisa e de fábricas de alta tecnologia no Nordeste tende a gerar novos empregos e qualificar os profissionais da região, preparando-os para os desafios de um mercado globalizado e competitivo (ALMEIDA, 2022). A troca de conhecimentos e a transferência de tecnologia, nesse sentido, podem acelerar o desenvolvimento científico e industrial da região, ampliando suas capacidades produtivas e inovadoras.

Outro ponto relevante é a evolução da infraestrutura digital, conforme já indicado. A implementação do 5G e da Internet das Coisas (IoT) pode transformar a conectividade no Nordeste. De acordo com Mello (2021), essa modernização tecnológica facilita a inclusão digital e amplia o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e comércio, especialmente em áreas mais distantes. O uso de tecnologias inteligentes no setor agrícola, um dos pilares da economia nordestina, também é fundamental, pois pode otimizar o uso de recursos naturais e melhorar a produtividade (LIMA, 2020).

A sinergia entre os avanços tecnológicos chineses e os recursos naturais e humanos do Nordeste coloca a região em uma posição estratégica dentro das cadeias globais de inovação. Como observam Costa e Silva (2023), ao estreitar os laços com a China, o Nordeste pode não só atrair investimentos, mas também fortalecer sua participação na economia internacional de maneira mais qualificada e sustentável. Assim, essa colaboração é uma excelente oportunidade para promover o desenvolvimento equilibrado, reduzir as desigualdades regionais e integrar a região ao cenário global de maneira mais dinâmica e tecnológica.

Esse avanço cria um ambiente propício ao surgimento de novos negócios, incluindo *startups* tecnológicas, favorecendo a inovação local e a digitalização de setores estratégicos. O setor agrícola, por sua vez, é diretamente impactado por essas inovações, com o uso de tecnologias de precisão que otimizam o aproveitamento dos recursos naturais e aumentam a produtividade, como apontam Santos (2019) e Lima (2020).

A colaboração entre as capacidades tecnológicas chinesas e os recursos naturais do Nordeste coloca a região em uma posição estratégica, facilitando sua integração nas cadeias globais de produção e inovação, o que contribui para um desenvolvimento mais sustentável e equilibrado (OLIVEIRA, 2022). Esse alinhamento permite que o Nordeste aproveite suas vantagens geográficas e recursos abundantes, ao mesmo tempo em que adota práticas tecnológicas de ponta, que potencializam a eficiência e a competitividade regional.

3.5 Análise dos achados sobre os Investimentos Chineses no Nordeste Brasileiro

Os resultados da análise dos impactos socioeconômicos dos investimentos chineses no Nordeste brasileiro evidenciam aspectos significativos que têm impulsionado o crescimento regional. Primeiramente, os investimentos têm se mostrado fundamentais para o desenvolvimento econômico local, especialmente em áreas essenciais como infraestrutura, energia e agricultura. Conforme aponta Baumann (2020), esses aportes têm um papel crucial na modernização da infraestrutura nordestina, promovendo uma maior conectividade regional e ajudando a reduzir as disparidades socioeconômicas que historicamente marcaram a região.

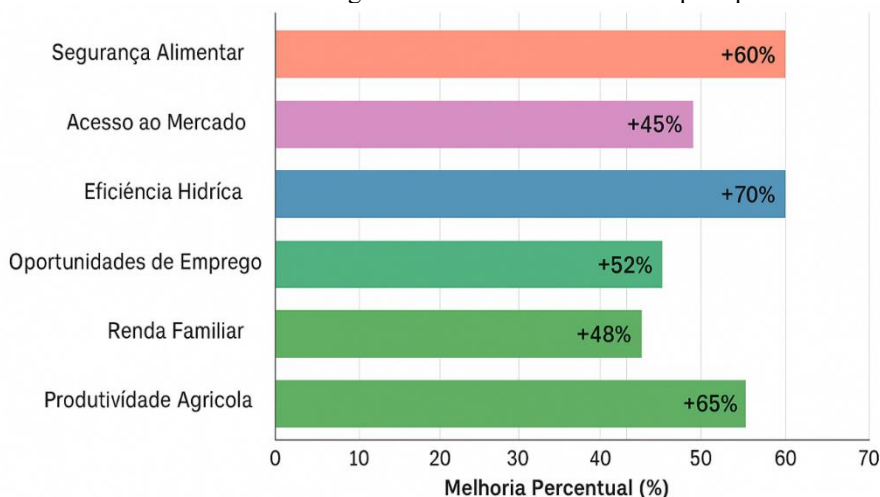
Uma análise mais detalhada dos dados revela que a expansão e a modernização das redes de transporte e energia são algumas das consequências diretas desses investimentos. Segundo Neto (2019), projetos de grande porte, como portos, rodovias e ferrovias, têm sido amplamente impulsionados por parcerias com empresas chinesas. Isso tem gerado melhorias no escoamento de mercadorias e, conseqüentemente, contribuído para o aumento da competitividade e crescimento econômico da região.

Além de impulsionar a infraestrutura física, os investimentos também têm promovido a modernização do setor energético, com destaque para o desenvolvimento de projetos de energia renovável, como usinas solares e parques eólicos. Silva (2021) ressalta que esses projetos não só atendem à demanda por fontes de energia mais limpas, mas também geram oportunidades de emprego e capacitação profissional para a população local, contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

A presença de capital chinês no Nordeste tem se revelado, assim, uma força motriz para a transformação regional. A modernização da infraestrutura e o fomento ao uso de tecnologias limpas têm criado um ambiente propício para o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que contribuem para a redução das desigualdades regionais.

Essa parceria representa, portanto, uma oportunidade valiosa para promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável para o Nordeste brasileiro. No gráfico 20 são evidenciados os ganhos substanciais na agricultura familiar nordestina após os constantes aportes chineses entre os anos de 2018 a 2024. Observe a notória melhoria percentual dos ganhos comunidades que vivem dessas atividades no campo.

Gráfico 20 – Ganhos substanciais na agricultura familiar nordestina após aportes chineses, 2018-2024



Fonte: ZHAO, 2024; CEBC, 2024. Elaboração: O autor, 2025.

A parceria entre investidores chineses e agricultores locais tem proporcionado ganhos na produtividade agrícola do Nordeste brasileiro, gerando novas oportunidades de emprego e aumentando a renda das famílias rurais. Zhao (2018) destaca que essa colaboração tem sido essencial para a introdução de tecnologias avançadas e práticas agrícolas sustentáveis, que não apenas aumentam a eficiência da produção, mas também fortalecem a segurança alimentar na região. O uso de inovações tecnológicas tem permitido que os agricultores nordestinos

aumentem sua produtividade de maneira mais sustentável, o que, por sua vez, resulta em benefícios diretos para a economia local e na melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

Os investimentos também têm impulsionado o aprimoramento da infraestrutura rural, facilitando o acesso ao mercado e a logística de escoamento da produção. A implementação de práticas agrícolas mais eficientes, aliada ao uso de tecnologias que otimizaram o consumo de recursos naturais, como água e solo, contribuiu para que a região se destacasse na produção agrícola sustentável (ZHAO, 2018)

Esses avanços têm fortalecido a competitividade do Nordeste no cenário nacional e internacional, criando uma economia agrícola mais robusta e alinhada com as tendências globais de sustentabilidade. No que diz respeito às relações geopolíticas e comerciais, os resultados da pesquisa indicam que os investimentos chineses têm influenciado diretamente as dinâmicas regionais e globais, destacando a crescente importância da China como ator econômico e político na América Latina (ZHAO, 2018).

Segundo Puntigliano (2016), essa presença crescente tem reconfigurado alianças e parcerias regionais, impulsionando uma maior integração econômica e geopolítica entre o Brasil e a China. Dados do CEBC, mostram que, entre 2007 e 2022, o Brasil recebeu cerca de US\$ 66 bilhões em investimentos chineses. O direcionamento desses recursos foi para a Região Nordeste que vem ganhando protagonismo, especialmente nos setores de energia renovável, infraestrutura logística e mobilidade elétrica, conforme já discutido. Apenas em 2022, o setor energético concentrou 62% do total investido com destaque para projetos na Bahia, Ceará e Piauí, vinculados a empresas como State Grid, CGN Energy e BYD.

No campo diplomático, essa intensificação econômica da presença chinesa na região tem sido acompanhada por uma aproximação estratégica entre os dois territórios. De acordo com reportagem do jornal Valor Econômico (2023), a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009, e em 2023 representava mais de 30% das exportações brasileiras, superando os Estados Unidos e a União Europeia. Essa interdependência econômica crescente tem implicações geopolíticas significativas, uma vez que reposiciona o Brasil no tabuleiro das alianças internacionais, com foco renovado na Ásia-Pacífico.

A instalação da montadora chinesa BYD na Bahia, em 2023, é emblemática dessa reconfiguração: trata-se do maior investimento estrangeiro no estado em mais de uma década, com aportes superiores a R\$ 3 bilhões. Além do impacto econômico direto, o projeto foi objeto de interesse diplomático e midiático, sendo citado por autoridades chinesas e brasileiras como símbolo da “nova fase” da cooperação bilateral (G1, 2023). Essa nova configuração sugere uma

transformação profunda nas relações de poder e no equilíbrio de influências na América Latina, com a China emergindo como alternativa à hegemonia norte-americana na região.

Como enfatiza Dussel Peters (2020), a China tem se posicionado não apenas como investidora, mas também como planejadora estratégica de infraestrutura e logística, moldando as rotas comerciais do século XXI. Ao financiar e executar grandes projetos, como ferrovias, portos, zonas industriais e corredores logísticos, o país não só assegura o fluxo de mercadorias, mas também influencia diretamente a organização espacial e econômica dos territórios envolvidos.

Para que o Nordeste se insira de maneira mais competitiva na nova configuração geoeconômica global, a colaboração com a potência asiática oferece uma excelente oportunidade para o crescimento da região. O país, com sua expertise em infraestrutura, inovação tecnológica e alianças estratégicas, tem se destacado como um dos principais investidores em economias emergentes (ZHANG, 2021).

3.6 Investimento chineses, sustentabilidade e recursos naturais no Nordeste

A parceria com o governo chinês pode proporcionar ao Nordeste não apenas recursos financeiros, mas também um modelo de desenvolvimento baseado em inovação, sustentabilidade e alinhamento com as especificidades locais. Ao investir em setores como transporte, energias renováveis e telecomunicações, a China contribui para a modernização das infraestruturas, criando as condições necessárias para o fortalecimento de áreas chave da economia nordestina, como o agronegócio, a indústria e as tecnologias emergentes (ZHANG, 2021).

A abordagem chinesa, focada no longo prazo e na cooperação mútua, possibilita a criação de novos postos de trabalho, o desenvolvimento de competências locais e o incentivo à inovação. A estratégia de "desenvolvimento inclusivo" promovida pela nação asiática tem transformado diversas regiões do mundo, incluindo a África e a América Latina, criando uma rede de parcerias em que todos os envolvidos se beneficiam (ZHANG, 2021). A aliança entre o capital chinês e as necessidades do Nordeste pode fortalecer a posição da região nas cadeias globais de produção, além de promover um crescimento mais equilibrado e sustentável, respeitando as particularidades locais.

Conforme destaca Oliveira (2019), essa posição geográfica estratégica permite à Região Nordeste funcionar como uma "porta de entrada e saída" para o comércio exterior brasileiro, sobretudo no contexto de integração logística com países do Hemisfério Norte. A importância desse potencial é reconhecida por empresas chinesas envolvidas em projetos portuários no

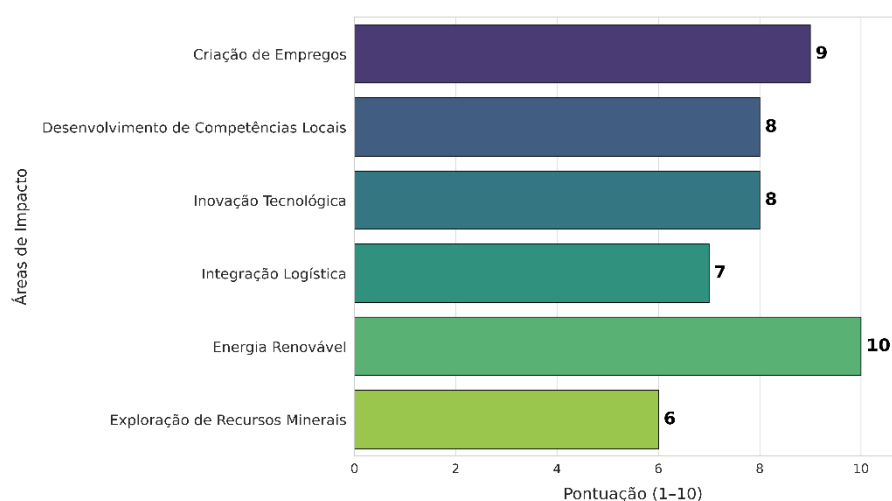
Maranhão, Bahia e Ceará, que visam não apenas abastecer o mercado interno brasileiro, mas também articular corredores de exportação integrados à Rota da Seda Marítima (CEBC, 2023).

Outro ponto de destaque é a abundância de recursos naturais e o imenso potencial energético da região. Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Nordeste concentra mais de 80% do potencial de energia eólica em operação no Brasil, além de ser o território com maior índice de radiação solar do país, o que favorece a instalação de usinas fotovoltaicas (EPE, 2023). Estados como Bahia, Piauí e Ceará lideram a produção de energia renovável e têm atraído vultosos investimentos de empresas chinesas como a CGN Energy.

No que diz respeito aos recursos minerais, o estado do Maranhão apresenta reservas de ferro e bauxita, enquanto a Bahia possui produção significativa de cobre, ouro e níquel, fatores que favorecem parcerias com empresas interessadas em garantir o fornecimento de insumos estratégicos. Estudos de Silva (2017) reforçam que a diversificação da matriz energética e a disponibilidade de recursos minerais tornam o Nordeste um espaço fértil para a instalação de polos industriais de base energética limpa.

No gráfico 21 é mostrada a avaliação qualitativa dos impactos das parcerias China-Nordeste medidas numa escala de 1 a 10, tendo sido levados em consideração os dados referentes aos anos 2000 a 2025. Observar que há uma preferência maior, o que conseqüentemente gera um impacto também mais efetivo nos investimentos nas áreas de energia renovável.

Gráfico 21 – Avaliação qualitativa dos impactos das parcerias China-Nordeste (Escala 1-10)



Fonte: CEBC, 2024; EPE, 2024. Elaboração: O autor, 2025.

Além dos aspectos logísticos e naturais, o Nordeste também representa um mercado interno em expansão. Segundo o IBGE (2022), a região é a segunda mais populosa do Brasil, com aproximadamente 57 milhões de habitantes, respondendo por cerca de 27% da população nacional.

3.7 Região Nordeste: mercado interno em expansão

Conforme colocado acima, o contingente populacional nordestino cria uma base de consumo ampla, especialmente em áreas urbanas, em crescimento, como Salvador, Fortaleza e Recife. Lima (2018) observa que a ascensão de parcelas da população regional à classe média, e o aumento do consumo popular, geraram um ambiente propício para investimentos no varejo, na construção civil, nos serviços e na indústria de transformação.

Dessa maneira, a combinação de localização geográfica estratégica, riqueza de recursos naturais, expansão do mercado consumidor e potencial energético faz do Nordeste uma região chave para o reposicionamento geoeconômico do Brasil. Portanto, diante dessas vantagens logísticas, abundância de recursos naturais e um mercado consumidor em expansão, a região Nordeste se apresenta como um polo de atratividade para investimentos e desenvolvimento econômico, oferecendo oportunidades significativas para empresas e empreendedores interessados em explorar esse potencial (LIMA, 2018).

O crescimento demográfico e a ascensão da classe média na região têm impulsionado a demanda por bens e serviços, criando um ambiente favorável para investimentos e expansão de negócios em diversos setores. Esse dinamismo econômico, especialmente nas áreas urbanas e periurbanas, tem atraído empresas nacionais e estrangeiras interessadas em explorar novos mercados consumidores (LIMA, 2018).

Ademais, o aumento do poder de compra contribui para a diversificação do consumo e o fortalecimento de setores como comércio, construção civil, educação, tecnologia e energia. A discussão tecida até aqui revela uma variedade de aspectos cruciais em relação aos investimentos chineses no nordeste brasileiro (LIMA, 2018).

Primeiramente, foi evidenciado que tais investimentos têm desempenhado um papel significativo no desenvolvimento econômico da região. A parceria entre investidores chineses e agricultores locais tem impulsionado a produtividade agrícola na região, como destacado por Cariello (2021), gerando empregos e aumentando a renda das famílias rurais. A exemplo citamos a Figura 3 que trata da exposição de uma entrega de máquinas agrícolas chinesas para a agricultura familiar nordestina.

Figura 3 – Entrega de maquinário agrícola chinês para a agricultura familiar nordestina, 2024



Fonte: Diógenes Nóbrega, 2024.

A análise aponta para o impacto positivo dos investimentos chineses na modernização da infraestrutura nordestina. Estradas, portos e outras instalações logísticas têm sido aprimoradas, facilitando o transporte de mercadorias e promovendo a integração regional. Isso, por sua vez, tem impulsionado o comércio e fortalecido a competitividade da região no cenário nacional e global, conforme observado por Stott (2024) em seu estudo sobre os investimentos chineses na América Latina.

No entanto, os resultados também destacam desafios a serem enfrentados. Questões ambientais, como desmatamento e poluição, surgem como preocupações significativas, exigindo a implementação de medidas de sustentabilidade por parte dos investidores chineses e das autoridades locais. No mais, a competição desleal com empresas locais e a questão dos direitos trabalhistas emergem como áreas críticas que necessitam de atenção e regulamentação adequada, como discutido por Garcia et al. (2023) em seu estudo sobre os investimentos chineses no Brasil.

As discussões apresentadas mostram que os investimentos oriundos da potência asiática para o Nordeste brasileiro representam uma oportunidade valiosa para o crescimento e fortalecimento econômico da região. A abordagem adotada pelo governo chinês, focada no desenvolvimento de infraestruturas e no fortalecimento de parcerias estratégicas, tem proporcionado uma integração mais sólida das economias emergentes nas cadeias globais de produção e comércio (ZHANG, 2021). Os aportes provenientes dessa nação têm se destacado principalmente em áreas como transporte, energias renováveis e telecomunicações, setores essenciais para a modernização e competitividade da economia nordestina (OLIVEIRA, 2022).

O impacto desses investimentos é amplamente positivo, trazendo benefícios que vão além da simples transferência de recursos financeiros. Eles impulsionam a inovação tecnológica, promovem o desenvolvimento de novas capacidades locais e geram empregos de qualidade, contribuindo para a diversificação econômica da região. De acordo com Mello (2021), a cooperação com o país asiático tem sido um fator-chave para o desenvolvimento sustentável em várias partes do mundo, oferecendo um modelo de crescimento que prioriza tanto a eficiência econômica quanto a equidade social.

Para garantir que esses benefícios se consolidem de forma duradoura, é fundamental que os investimentos sejam acompanhados de políticas públicas que assegurem práticas sustentáveis, com foco na preservação ambiental e no fortalecimento das comunidades locais. Nesse contexto, a presença da China, ao lado de uma regulamentação adequada, pode se tornar um pilar para o desenvolvimento regional, sem riscos de dependência externa, como já observou Silva (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os investimentos da potência asiática no Nordeste brasileiro têm se consolidado como um elemento central para o avanço econômico e social da região, refletindo a crescente integração da área nas dinâmicas globais de produção e comércio. Esses aportes são motivados por uma série de fatores, como a busca por parcerias estratégicas e o interesse em explorar novas fontes de recursos naturais, mas também oferecem um amplo leque de benefícios diretos à população local. O impacto positivo desses investimentos é comprovado por diversos estudos, que apontam o aumento da geração de empregos e a melhoria das condições de vida das comunidades, em especial pela modernização da infraestrutura e pela criação de novos polos industriais e tecnológicos.

Não obstante, o aumento da presença do país asiático no Nordeste tem sido acompanhado de um crescente esforço para a promoção de um desenvolvimento sustentável, com forte ênfase na preservação ambiental e na responsabilidade social, conforme demonstram as iniciativas da China em outros países em desenvolvimento.

Ao contrário de preocupações relacionadas à soberania, os investimentos chineses têm sido estruturados de forma a respeitar as especificidades locais e a fortalecer a capacidade de decisão dos governos regionais, com uma clara prioridade em transformar a economia local de maneira inclusiva e sustentável. Os projetos promovidos pelas empresas chinesas, muitas vezes em parceria com o governo brasileiro, têm demonstrado ser um motor de transformação positiva, sem gerar dependência, mas contribuindo de forma significativa para a diversificação da matriz econômica da região.

Portanto, o modelo de colaboração com a China representa uma oportunidade estratégica para o Nordeste brasileiro. A criação de empregos, o fortalecimento de infraestrutura e o incentivo à inovação tecnológica são apenas alguns dos muitos benefícios que essas parcerias têm proporcionado, criando as condições para que a região se torne um polo de desenvolvimento sustentável, equilibrado e autossuficiente.

A parceria estratégica entre Brasil e China tem sido amplamente discutida em estudos recentes, destacando a reciprocidade dos benefícios e os desafios compartilhados por ambos os países. A colaboração tem se mostrado promissora para acelerar o crescimento econômico e fortalecer os laços comerciais, com impactos positivos em diversas áreas da economia, como infraestrutura, energia e agricultura. Essa cooperação é vista como uma alavanca para o avanço da economia brasileira, em especial no Nordeste, ao contribuir para a modernização de setores fundamentais e ampliar a integração da região nas dinâmicas globais de produção e comércio.

Os investimentos provenientes da China têm se mostrado essenciais para transformar a infraestrutura e expandir as capacidades produtivas da região, promovendo a diversificação econômica e aumentando a competitividade no mercado internacional. O fortalecimento de setores como a energia renovável, a agricultura moderna e a construção de infraestrutura estratégica têm potencial para atrair ainda mais investimentos estrangeiros, criando um ciclo positivo de crescimento e inovação.

No entanto, é imprescindível que as partes envolvidas — governos locais, empresas e a sociedade civil — adotem uma abordagem equilibrada, que respeite tanto os direitos trabalhistas quanto as normas ambientais. A colaboração entre o setor público e privado é crucial para que esses projetos se desenvolvam de maneira sustentável e com responsabilidade social, garantindo benefícios duradouros para as comunidades locais.

Com políticas bem formuladas e uma gestão transparente, os investimentos chineses podem trazer impactos altamente positivos para o Nordeste, não apenas no campo econômico, mas também no aspecto social, melhorando a qualidade de vida das populações locais. Essa parceria representa uma oportunidade ímpar para a região, potencializando suas vantagens comparativas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de longo prazo. O acompanhamento contínuo e uma abordagem holística são fundamentais para maximizar os benefícios dessa cooperação, garantindo que os desafios sejam gerenciados de maneira eficiente.

Nesse contexto, torna-se imprescindível acompanhar de forma contínua e crítica os desdobramentos dos investimentos chineses no Nordeste brasileiro, avaliando não apenas seus impactos econômicos imediatos, mas também suas implicações sociais, territoriais e ambientais de longo prazo. Mais do que atrair capital, o verdadeiro desafio está em integrar esses investimentos a projetos de desenvolvimento regional que respeitem as especificidades locais, promovam justiça social e fortaleçam a soberania territorial.

Pelo exposto observa-se que os aportes chineses representam uma oportunidade estratégica para o Nordeste, região historicamente marcada pela desigualdade e pela marginalização econômica, mas o êxito dessas parcerias dependerá da capacidade do Estado brasileiro e das instituições regionais de regular, planejar e acompanhar de forma transparente e participativa cada etapa dos projetos.

É por meio de uma abordagem colaborativa e democrática, envolvendo governos, setor privado, movimentos sociais e comunidades tradicionais, que será possível transformar desafios estruturais em oportunidades concretas de emancipação regional. Embora os investimentos tenham contribuído, em certa medida, para a melhoria da infraestrutura e para a dinamização

de algumas economias locais, como apontam estudos recentes sobre geração de empregos e inovação tecnológica é necessário ir além da lógica de crescimento pelo crescimento. O objetivo deve ser a construção de um modelo que combine eficiência econômica com inclusão social, respeito ao meio ambiente e valorização dos saberes e modos de vida locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, Eleanor. *China's Big Bet on Soft Power*. Council on Foreign Relations, 2018.
- ALLISON, Graham. *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.
- AMORIM, L. Em recomeço no Brasil, China Telecom mira Norte e Nordeste e conexão com a Ásia. *Exame*, 2023.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A questão regional no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geopolítica do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: Lineages of the 21st Century*. Londres: Verso, 2007.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AUGUSTO DE CASTRO, Thales. *China: ascensão e relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2017.
- BACELLAR, Carlos. *Domínios da região: estudos sobre regionalização*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- BAUMANN, Renato. *A economia internacional contemporânea*. Brasília: IPEA, 2020.
- BEZZI, Maria Lúcia. *Geografia e regionalização: uma introdução*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.
- CARIELLO, Rafael. Chinese investments in Brazil have grown rapidly and are long-lasting. *Brazil Journal*, 2021.
- CARMODY, Pádraig. *The New Scramble for Africa*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2016.
- CASTRO, Thales. *Relações Internacionais Contemporâneas*. São Paulo: Almedina, 2017.
- CHRISTALLER, Walter. *Central Places in Southern Germany*. Jena: Fischer, 1933.
- CORREIA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1987.
- DUSSEL PETERS, Enrique. *China's Foreign Direct Investment in Latin America*. México: Red ALC-China, 2019.
- DUSSEL PETERS, Enrique. *Monitor de la OFDI China en América Latina y el Caribe*. México: Red ALC-China, 2020.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Território e Sociedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. *O mito da cidade global*. São Paulo: Contexto, 2020.
- FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1970.
- GALLAGHER, Kevin. *The China Triangle: Latin America's China Boom and the Fate of the Washington Consensus*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

- GARCIA, Ana C.; et al. *China e Brasil: cooperação econômica e desafios recentes*. Brasília: IPEA, 2023.
- GARVER, John. *China's Quest: The History of the Foreign Relations of the People's Republic of China*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- G1. Investimento chinês no Brasil: estudo aponta recuperação em 2023, mas nível segue baixo. *G1 Economia*, 2023.
- HAGGETT, Peter. *Locational Analysis in Human Geography*. Londres: Edward Arnold, 1965.
- KISSINGER, Henry. *World Order*. New York: Penguin Press, 2014.
- LAO TZU. *Tao Te Ching: O Livro do Caminho e da Virtude*. Tradução Huberto Rohden. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- LARA, L. BYD Picks Brazil for Its First Electric-Vehicle Hub Outside Asia. [S.l.]: [s.n.], 2023.
- LAURSEN, Finn. Brazil in China's orbit. In: *China's Changing Role in the Global Economy*. Copenhagen: Routledge, 2019.
- LIMA, A. R. Consumo e classe média no Nordeste: um panorama recente. *Revista Econômica do Nordeste*, [S.l.], 2018.
- MARINGONI, Gilberto. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *China e Índia no Sistema Internacional*. São Paulo: Unesp, 2021.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.
- MOREIRA, Ruy. *A geografia da dependência: uma análise crítica do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- NETO, Armando Dalla Costa. *Economia brasileira contemporânea*. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- NYE, Joseph S. *The Future of Power*. New York: PublicAffairs, 2011.
- OLIVEIRA, R. *Infraestrutura logística e desenvolvimento regional: o papel do Nordeste no comércio exterior brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2019.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. Santiago do Chile: CEPAL, 1950.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PUNTIGLIANO, Andrés R. *La Alianza China-Latinoamérica: ¿Una relación ganar-ganar?* Buenos Aires: Teseo, 2016.

- RANGEL, Ignácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1986.
- RIBEIRO, Manoel Luiz Malaguti. Os impactos dos investimentos chineses na infraestrutura do Nordeste brasileiro. In: *China e Brasil: uma nova era de cooperação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.
- RODRIGUES, R. China doubles down on Brazil's power industry. *Dialogo Chino*, 2023.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Renato Martins dos. O papel dos investimentos chineses no desenvolvimento do Nordeste brasileiro. In: *Estudos sobre o Brasil e a China*. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.
- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Brasil: desafios, políticas e perspectivas*. Porto Alegre: UFRGS, 2010.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, Adriana. *Geopolítica da China Contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2021.
- SILVA, Armando Corrêa da. *Geografia e economia*. São Paulo: Hucitec, 2020.
- SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2017.
- SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. 1776.
- SOUSA, Maria Clara. Desafios e oportunidades dos investimentos chineses no Nordeste brasileiro. *Cadernos do Desenvolvimento*, [S.l.], v. 10, n. 2, 2020.
- SPECTOR, Bertram. *Negotiating Peace and War: A Guide to the Politics of Diplomacy*. Boulder: Lynne Renner, 2016.
- SPENCE, Jonathan. *The Search for Modern China*. New York: W. W. Norton, 2009.
- STOTT, M. China shifts Latin America investment to compete with west. [S.l.]: [s.n.], 2024.
- URDINEZ, F. Brazil's Economic Ties with China Flourish Despite Political Shifts. [S.l.]: [s.n.], 2023.
- VADELL, Javier. *China e América Latina: Parcerias Estratégicas e Transformações Globais*. São Paulo: Editora FGV, 2021.
- VALOR ECONÔMICO. Investimento chinês no Brasil: balanço do CEBC mostra crescimento de 33% em 2023. *Valor Econômico*, 2023.
- VIDAL DE LA BLACHE, Paul. *Principes de Géographie Humaine*. Paris: Armand Colin, 1911.
- ZHANG, Baohui. *China's Assertive Foreign Policy*. Londres: Routledge, 2021.
- ZHANG, Weiwei. *The China Wave: Rise of a Civilizational State*. Hackensack: World Century Publishing, 2012.
- ZHANG, Yongjin. *China in International Society since 1949*. London: Macmillan, 2014.
- ZHAO, Suisheng. *Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior*. Londres: Routledge, 2018.

ZHAO, Suisheng. *The Dragon Roars Again: China's Resurgence and Global Politics*.
Londres: Routledge, 2024.